

FLAVI FERREIRA LISBOA FILHO

EXTENSÃO, UNIVERSITÁRIA

GESTÃO, COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

FACOS-UFSM



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
Gestão, Comunicação e Desenvolvimento Regional

Flavi Ferreira Lisbôa Filho

FACOS-UFSM
2022

Série “Deriva”

Por Lutiere Dalla Valle, artista visual, docente do Departamento de Metodologia do Ensino, Universidade Federal de Santa Maria

A série de pinturas realizada entre os anos de 2018 e 2021 intitulado “Deriva” surge do desejo de experimentar por meio da cor e das formas orgânicas fluidas o que significa estar à deriva diante da fluidez do mundo contemporâneo. As construções pictóricas surgem da tinta líquida jogada intuitivamente sobre a tela, valorizando os caminhos que o fluxo lhe permite acessar. Há misturas, sobreposições, interferências, escorrimentos, rompimentos, rizomas que se formam enquanto acontece a ação de arremessar a tinta sobre o suporte. O ponto de partida é este: somos instantes que se deslocam, percorrem caminhos por vezes planejados, por vezes forçados pelo acaso. Encontros, desencontros, rompimentos, agrupamentos ou aproximações. Narrativas que se conectam e constituem constelações afetivas, mapas visuais do que significa estar vivo e percorrer os trajetos que escolhemos ou que se atravessam. Estar à deriva permite não apenas desviar as rotas que são impostas, mas também a perceber a potência do acaso, da presença constante dos afetos que surgem e que nos conduzem a outras direções ou experiências.



A obra "Deriva II" mede 1,60 x 1,40,técnica mista sobre tela, data de 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Ciências da Comunicação

Reitor Luciano Schuch
Vice-reitora Martha Bohrer Adaime
Diretora do CCSH Sheila Kocourek
Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação Cristina Marques Gomes

FACOS-UFSM

Diretora Editorial Ada Cristina Machado da Silveira
Editora Executiva Sandra Depexe
Conselho Editorial Ada Cristina Machado Silveira (UFSM)
Eduardo Andres Vizer (UBA)
Eugenia Maria M. da Rocha Barrichelo (UFSM)
Flavi Ferreira Lisboa Filho (UFSM)
Gisela Cramer (UNAL)
Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM)
Marina Poggi (UNQ)
Monica Marona (UDELAR)
Paulo Cesar Castro (UFRJ)
Sonia Rosa Tedeschi (UEL)
Suzana Bleil de Souza (UFRGS)
Valdir José Morigi (UFRGS)
Valentina Ayrolo (UNMDP)
Veneza Mayora Ronsini (UFSM)
Comitê Técnico Profa. Dra. Sandra Depexe (UFSM)
Repositório e Site Acad. Rodrigo Osório Santini (UFSM)
Acad. Otávio de Oliveira Vieira (UFSM)

EXPEDIENTE DA OBRA

Editor convidado Wellington Felipe Hack
Revisão Textual Érica Duarte Medeiros
Projeto gráfico e diagramação Vitor Bitencourt
Autoria da obra artística que inspirou a capa Lutiere Dalla Valle

L769e Lisbôa Filho, Flavi Ferreira
Extensão universitária [recurso eletrônico] : gestão,
comunicação e desenvolvimento regional / Flavi Ferreira Lisbôa
Filho. – Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2022.
1 e-book : il.
ISBN 978-65-5773-037-9
1. Extensão 2. Gestão 3. Comunicação 4. Desenvolvimento
I. Título.
CDU 378.017.7

Ficha catalográfica elaborada por Shana Vidarte Velasco CRB-10/1896
Biblioteca Central - UFSM

Ao mesmo tempo em que agradeço, também dedico este livro a todo(as) os(as) extensionistas que acreditam e lutam por uma sociedade mais justa e fraterna, em especial os(as) estudantes, razão de nossas universidades.

“[...] a ignorância de qualquer ser humano me diminui, e a habilitação de todo ser humano é um ganho comum de horizontes.”

(Williams, A Cultura é de Todos, 1958)

SUMÁRIO

I - A extensão universitária em si	18
II - A curricularização da extensão	34
III - Extensão e territórios	43
IV - Direitos humanos e empreendedorismo no desenvolvimento social	51
V - Comunicação e cultura	60
VI - Pautas emergentes e indicadores de extensão	74
VII - Extensão e COVID-19	89
VIII - Protagonismo da extensão UFSM 2018-2021	98
Entrevista - Da comunidade para a comunidade	107
Sobre o autor	118
Referências	120

PREFÁCIO

A inquietude que nos move

“Lutar para educar para a libertação na universidade corporativa é um processo, na minha opinião, bastante estressante. Implementar novas estratégias de ensino com o objetivo de subverter a norma, de engajar os estudantes por completo, é realmente uma tarefa difícil” bell hooks¹

Certos convites que recebemos funcionam como ordens, outros são afagos. Como fazer quando o convite é, ao mesmo tempo, uma ordem e um afago? Pois foi assim que recebi a mensagem do querido Flavi, juntamente com os originais resultantes de importantes reflexões, dizendo-me: “aceita fazer o prefácio?”. Com o coração transbordando de alegria com aquele convite, naqueles últimos dias de 2021, com a curiosidade da leitura diante das páginas que se abriam na minha tela e com a renovada esperança, própria dos extensionistas, diante da expectativa do ano que se anunciava, comecei a ler o texto. A cada parágrafo, um aprendizado! A cada página, saltavam-me as contribuições de um jovem e talentoso gestor da Extensão Universitária, que não esconde seu aprendizado e sua autoria diante de tanta complexidade. O texto que abre a obra já dá conta do que vamos encontrar ao longo da leitura.

A sistematização da experiência da Universidade Federal de Santa Maria, os aportes para a curricularização e o fortalecimento das políticas afirmativas e de direitos humanos apontam para a Extensão crítica, ressignificando nossos fazeres. Ressignifica-

¹ hooks, bell. *Erguer a voz- pensar como feminista negra*. P. 214 Ed. Elefante: São Paulo.

mos a Extensão com Paulo Freire, nos 1960, ou antes, com a Reforma de 1918, em Córdoba. O que estamos concebendo na atualidade, com jovens gestores e estudiosos do tema, é encontrar alternativas teóricas, práticas e metodológicas para que as universidades tenham condições de realizar os enfrentamentos necessários diante do avanço de governos nada democráticos, que se configuram no continente latino-americano.

Nossas sociedades são extremamente heterogêneas, especialmente no que se refere à raça, ao gênero e à classe. Negros, pobres, indígenas e mulheres estão na parte inferior da pirâmide social. Isto também se verifica nas universidades. Mulheres e homens do campo, que lutam organizadamente, são vistos como movimentos radicais e que devem ser silenciados. Os pobres, grande maioria em nossos países, continuam marginalizados no que se refere ao acesso à educação, à saúde e às políticas públicas efetivas. Os negros e os indígenas, povos originários, são ainda objetos de estudos - e não sujeitos da história. As universidades públicas protagonizam um importante papel em sociedades como as nossas, onde impera forte desigualdade social - e, por esta razão, temos que estar atentas e atentos para que a universidade não se configure em um espaço que promove a desigualdade e reproduza apenas valores de uma classe dominante. O que se quer de nós é um esforço enorme para aprender a atuar ao lado dos movimentos sociais, dos estudantes, realizando uma atuação entre sujeitos, entre iguais. É sobre estas práticas que o autor reflete, com sabedoria e uma escrita vibrante.

A universidade pública tem a obrigação não só de demonstrar sua importância política e social, mas também de fazer valer o seu valor decisivo no desenvolvimento econômico, social e humano, com procedimentos horizontais, tratando de sujeitos - e, inclusive, como essencial setor da sociedade,

dispor-se e colocar-se na defesa da democracia, dos direitos humanos e no enfrentamento aos governos autoritários e desumanos que se implantam na nossa história recente. Isto implica na disputa entre micro poderes internos nas universidades, uma disputa que é de classe, de raça e de gênero. Só com gestores comprometidos será possível virar o jogo.

Os capítulos que os leitores terão o privilégio de ler, tanto quanto eu tive, trazem um sentimento de inquietude, que é essencial na Extensão Universitária, espaço de troca no qual precisamos, cada vez mais, aceitar o protagonismo, seja dos movimentos, seja dos estudantes. Esta dificuldade de compreender de quem e para quem falamos, assim como por quem produzidos e com quem trocamos conhecimento, é nossa, da universidade, da sociedade. Aos poucos, com trocas e aprendizados, com negociação e com compartilhamento de experiências, vamos caminhando por territórios tanto quanto necessários. Estes caminhos são mais seguros quando se tem acúmulos teóricos e práticos, assim como, principalmente, pensadores e gestores da estatura de Flavi.

Querido amigo, sucesso! Leitores, sorte de vocês, que terão estas reflexões extensionistas à disposição.

Sandra de Deus

Professora titular da UFRGS

Presidenta FORPROEX (2012-2014)

Pró-Reitora de Extensão da UFRGS (2008-2020)

APRESENTAÇÃO

A partir de sua experiência como gestor da Extensão Universitária, o Professor Flavi Ferreira Lisbôa Filho tomou, para si, a tarefa de sistematizar as reflexões que, construídas coletiva e dialogicamente, tornaram-se base da Política de Extensão Universitária na Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, desde 2018, cuja repercussão extrapola os limites dessa instituição. Os elementos apontados nesta publicação revelam as iniciativas desenvolvidas, possibilitando, aos acadêmicos, uma formação profissional ancorada em bases mais humanas, comprometidas com a transformação da realidade social. Nesse sentido, são abordadas as concepções de Extensão presentes na história da educação superior brasileira, caracterizando, à luz da Política Nacional de Extensão, os fundamentos dessa dimensão formativa, os desafios da curricularização da Extensão, a importância de se definir indicadores capazes de alcançar a complexidade dessas atividades, assim como experiências que, implementadas por meio de programas, projetos, eventos, cursos e prestação de serviços, fizeram da Extensão, na UFSM, uma referência regional e nacional.

Neste livro, intitulado *Extensão Universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional*, o autor nos brinda com o mapeamento de experiências em Extensão oportunizadas nas instituições federais, estaduais e municipais da região sul, com destaque na UFSM. Os textos aqui reunidos incluem, ainda, elementos decorrentes de sua trajetória como coordenador da Regional Sul do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex), a sua participação na Associação de Universidades Grupo de Montevideo (AUGM), além das

oportunidades que o fizeram experimentar vivências diversas em âmbito nacional e internacional.

Os textos foram organizados em nove capítulos, que caminham em um movimento dialético, do geral para o particular, do local para o conceitual - e vice-versa, não só assegurando aproximações e distanciamentos, como também tecendo as múltiplas dimensões que envolvem o fazer extensionista. No capítulo 1, *A Extensão Universitária em si*, o autor resgata o histórico e os fundamentos da Extensão Universitária, apresentando-a como processo educativo e revolucionário que, no Brasil, teria se desenvolvido em três períodos. O primeiro ocorre a partir de experiências datadas do final do século XIX até os anos 1960, inspiradas nos modelos desenvolvidos em universidades estadunidenses e europeias, associadas à lógica de mercado e às práticas assistenciais. No Brasil, em função da fragilidade das políticas públicas e das profundas desigualdades sociais, predominaram as práticas de caráter assistencialista. Entre os anos 1970 e 1980, situa-se o período identificado como o de transição, momento em que a pauta da reforma universitária impõe a necessidade de superar o caráter elitista da educação superior e que experiências de matiz nacional, como o projeto Rondon, são colocadas em curso. Por fim, a partir dos anos 1980, com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Forproex, em 1987, inicia-se o terceiro período, que permanece até os dias atuais, quando a Extensão é qualificada como atividade crítica, dialógica e de perspectiva transformadora.

Em seguida, o autor aborda o tema da curricularização da Extensão, situando esse processo, expresso na Resolução 7 do CNE, 2018, como uma conquista das universidades brasileiras. Enfatiza-se que, a partir da curricularização, a Extensão poderá assumir um novo lugar na composição dos Pla-

nos de Desenvolvimento Institucional, dos Planos de Gestão Universitária e dos Planos de Unidades e de Cursos, ou seja, é a Extensão ocupando centralidade na formação acadêmica.

Nos capítulos 3 e 4, são apresentados projetos de relevância social, de impacto direto sobre os territórios e grupos populacionais locais, oportunizando, às pessoas alijadas do acesso às políticas públicas, condições para atuarem em busca da cidadania. Exemplar é o projeto Geoparques, cujos resultados repercutem sobre o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Implementado nos territórios da Quarta Colônia e, em parceria com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa), de Caçapava do Sul, o projeto busca valorizar a cultura local. Outro projeto destacado é o Observatório de Direitos Humanos, que também expressa o valor da cultura e do fazer das comunidades no território, objetivando-se relacionar os direitos humanos às condições para se empreender através de um desenvolvimento social sustentável.

No capítulo 5, o autor reflete sobre o papel da comunicação e da cultura, consideradas áreas pulsantes da Extensão, fundamentais para as mediações e aproximações entre a universidade e a sociedade. Nesse contexto, o Projeto Geoparques é retomado como exemplar nos processos de comunicação, por meio da Educação Patrimonial e de valorização da cultura local.

No capítulo 6, nomeado *Pautas emergentes e indicadores de Extensão: discussões preliminares*, o autor revela ampla preocupação em identificar o impacto das atividades de Extensão sobre os desafios assumidos pela universidade. Nesse sentido, resgata estudos feitos pelo Forproex, ao longo de 30 anos, sobre os indicadores de Extensão, por meio dos quais persegue-se alcançar evidências da repercussão da agenda extensionista na formação dos estudantes, na capacidade de contribuir

para transformar a realidade das comunidades com as quais interage, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento local, regional e nacional, oportunizando que a universidade pública cumpra a sua função social: produzir conhecimento vinculado às necessidades das pessoas nos territórios.

A amplitude e complexidade dos temas desenvolvidos pela Extensão Universitária, assim como a capacidade criativa e inovadora da prática extensionista, foram evidenciadas nos capítulos 7, 8 e 9, quando o autor registra o esforço realizado pelas instituições de educação superior no enfrentamento à pandemia de covid-19. No capítulo 7, evidencia-se o desafio, assumido pela Extensão, de se reinventar para realizar o modelo remoto e criar projetos com vistas a responder as demandas impostas pelo contexto pandêmico em contraposição à sua condição de atividade marcada pela presencialidade e pela convivialidade. Às redes de produção de álcool em gel, para abastecer a população vulnerável, somam-se o suporte tecnológico aos micro e pequenos empreendedores, no uso das tecnologias digitais para disseminar as informações científicas em um contexto de negação da ciência, entre outros exemplos, que revelam a potência da indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os capítulos 8 e 9 destinam-se ao registro da ação protagonista das universidades no enfrentamento à pandemia. Articulados pelas Pró-Reitorias de Extensão, os diferentes setores das universidades foram mobilizados, por meio de redes, para a implementação das respostas necessárias ao enfrentamento ao novo coronavírus. A conexão da Extensão com as demandas da sociedade permitiu o acerto na definição de estratégias de comunicação e publicização de atividades e informações, popularizando o conhecimento científico fundamental para a situação emergencial provocada pela pandemia.

Tais conexões estão expressas no texto *Da comunidade, para a comunidade*, extraído de uma entrevista sobre o contexto pandêmico e o papel da universidade. As questões apresentadas oportunizam o resgate de conceitos, informações e ações, demonstrando, de forma cabal, como são importantes as instituições de ensino superior na construção de um projeto de desenvolvimento local, regional e nacional.

Apresentar, aos leitores e às leitoras, este livro tornou-se um desafio prazeroso, à medida que a organização dos textos possibilita não apenas atualizar os debates sobre a Extensão Universitária, mas também refletir a respeito de como essa dimensão formativa, de caráter iminente político, pode oportunizar um novo paradigma de universidade, sustentado na democracia, na excelência e na inclusão.

Vale muito a leitura desta obra.

Olgamir Amancia Ferreira

Decana de Extensão da UnB

Presidenta do Forproex

Coordenadora do COEX/Andifes



A extensão universitária em si

Para além do Ensino e da Pesquisa, as universidades brasileiras - especialmente as públicas - desempenham um papel fundamental para o crescimento do país, por meio da Extensão Universitária. Através do intercâmbio entre os saberes populares e científicos, as instituições atuam em diversas frentes, promovendo atividades para o desenvolvimento social, econômico, humano e ambiental de territórios e grupos populacionais.

A Extensão precisa ser compreendida como um processo educativo e revolucionário, tanto para a sociedade quanto para as instituições de ensino superior. Para discutir a Extensão Universitária, precisamos compreender a sua caminhada e o que constitui seu saber e fazer acadêmico e social. A Extensão dos dias de hoje deve estar conectada às demandas da sociedade, fortalecendo as políticas públicas, sem substituí-las, e estimulando o protagonismo dos sujeitos, portanto sem assistencialismo.

No Brasil, a Extensão começou a ser concebida mais para o final do século XIX, fortemente influenciada por duas correntes extensionistas: uma norte-americana e outra europeia. A primeira, originada nos Estados Unidos, traz consigo uma Extensão voltada aos propósitos comerciais e empresariais, reconhecendo essa prática mais como uma prestação de serviços. Esse formato do fazer extensionista ainda é presente nas nossas instituições, mas com alguns elementos novos, que auxiliam na formação dos(as) estudantes e que as justificam nas instituições de ensino. A segunda, vinda da Europa, traz um legado um pouco diferenciado para a Extensão: é marcada pelo caráter mais assistencialista e com um viés de educação continuada na formação de adultos. Esta prática estava vinculada aos bolsões de pobreza ocasionados pela Revolução Industrial, o que, de certo modo, confere seu cunho de assistência social, em seus primórdios. Na contemporaneidade, ainda podemos encontrar esses dois vieses da Extensão na prática realizada pelas universidades brasileiras, com algumas modificações e alguns elementos que distinguem, atualizam e ressignificam o nosso fazer extensionista.

No Brasil, podemos caracterizar três grandes períodos para o desenvolvimento da Extensão. O primeiro compreende o labor extensionista, desde seu início no país, até meados da década de 1960. Nesta fase, a Extensão é marcada pelo assistencialismo provocado pelas lacunas da inexistência de políticas públicas que garantissem os direitos dos(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as). A omissão do Estado motivou várias instituições de ensino superior a abraçarem as demandas sociais, iniciando um trabalho importantíssimo para amenizar as mazelas provenientes das desigualdades sociais e econômicas, que nos assolam há muito tempo. As primeiras ações articuladas foram da Faculdade de Veterinária de Viçosa, em Minas Gerais, e da primeira universidade do Rio de Janeiro. É deste período o decreto do Governo Federal que determinou o caráter utilitário das universidades, além de estabelecer uma cultura única e dominante, que deveria ser trabalhada pelas instituições, influenciando o papel desempenhado pela Extensão. Talvez aí resida uma das principais críticas, mais tarde, postulada por Freire (1969), acerca do difusionismo unilateral pelas universidades, que, por sua vez, fizeram uma interpretação equivocada dos sentidos da Extensão. Hoje, compreendemos a Extensão como uma via de mão dupla.

De qualquer modo, a primeira fase da Extensão ajuda a compreender o elitismo, ainda presente dentro das universidades, naquela época, referendada pela legislação. Também é possível observar que o caráter assistencialista das primeiras atividades extensionistas ainda influenciam algumas ações, a exemplo de campanhas de agasalhos e de coletas de alimentos. Embora este não possa ser o foco e a determinação da Extensão contemporânea, ações assim auxiliam a sociedade a enfrentar suas dificuldades mais latentes, mesmo que de forma pontual.

Vale dizer que é pelo esforço de tentar amenizar as carências existentes em muitas comunidades, populações e territórios

que a Extensão encontra porta de acesso para poder potencializar tanto a sua função de emancipadora dos sujeitos quanto seu compromisso transformador. Afinal, não podemos falar em emancipação do sujeito quando cidadãos(ãs) passam fome e/ou frio - antes, é necessário atenuar lacunas expostas pela ineficiência de políticas públicas do Estado; depois, trabalhamos o horizonte do desenvolvimento social. Cabe ressaltar que não pretendemos, pela via da Extensão, substituir o papel que compete ao Estado, mas, sim, abrandar a precariedade vivida e reavivar a cidadania desses sujeitos.

Na década de 1970, a Extensão começa um período de transição, evoluindo de sua origem assistencialista para uma perspectiva mais transformadora. É nesta segunda fase que se inicia a estimular um despertar da consciência popular para os seus direitos, e o agir extensionista passa a se fortalecer através da criação de programas nacionais, como o Projeto Rondon. Esta década é, também, marcada pela Reforma Universitária, que pregava melhores condições de vida e trazia, em seu bojo, a possibilidade de desenvolvimento social.

As instituições de ensino superior vão a campo em diferentes territórios e, para além do trabalho assistencialista, característico da primeira fase, elas também começam a promover o despertar da consciência crítica dos(as) cidadãos(ãs). Na segunda fase, o movimento das universidades é inspirado em grandes pensadores, como Paulo Freire. A perspectiva freiriana, inclusive hoje, dá-nos orientações contundentes de como prosseguir a caminhada extensionista e qualificar o seu desenvolvimento, especialmente ao tematizar a Extensão crítica. Para Antunes et al. (2018, p.210) “A transformação da Extensão Universitária num instrumento de mudança social e da própria universidade, tem caminhado junto com a conquista de outros direitos e de defesa da democracia.”

Já a terceira fase, que se inicia nos anos de 1980 e se estende até os dias atuais, é marcada pela especialização da Extensão. Há, neste período, a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX); a celebração de uma Constituição Cidadã no Brasil; e os 100 anos da Reforma de Córdoba. Neste ínterim, a ação extensionista passa a ser projetada a partir da transformação social e da valorização dos sujeitos e de sua independência crítica. Esta visão é fundamental para pensar quais são os elos que criamos e que queremos consolidar na relação entre as universidades e a sociedade.

Portanto a Extensão que trabalhamos e incentivamos não deve ter caráter assistencialista, mas de transformação social - porque o caráter assistencialista exige uma ação contínua, muito focada em atender as mazelas, o que, com o tempo, cria uma dependência dos grupos sociais e das comunidades. Esta ação não-emancipatória vai à contramão daquilo que a Extensão preconiza, que é a autonomia dos sujeitos. Para Freire e Horton (2003, p.227) “[...] teríamos que mudar as estruturas da realidade, [...] comprometer-nos totalmente com um processo global de transformação.” Neste sentido, a Extensão busca que o sujeito exerça o seu protagonismo e, claro, não desconsiderando as desigualdades sociais e econômicas, mas encontrando maneiras de propor ações que efetivamente possam causar transformação naquela realidade social - e não uma perpetuação das dificuldades, que, muitas vezes, são exploradas por lideranças inescrupulosas e seus mandatários.

Em termos conceituais, a Extensão é considerada um “[...] processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre

a universidade e outros setores da sociedade”². A Extensão sobre a qual falamos precisa trazer, como premissa, a transformação social. Ela deve focar na transformação social e ter, como prioridade, o impacto na formação dos(as) estudantes.

A Extensão que almejamos é sinalada por uma característica diferente daquela que a antecedeu, que, por vezes, tinha uma marca mais assistencialista ou de prestação de serviços. Ao contrário das fases anteriores, a Extensão deve estar pautada por uma relação ganha-ganha, feita e construída a partir do compartilhamento e do reconhecimento dos saberes que estão fora da universidade. Os saberes científicos são importantes e os saberes populares também. É nesta troca que temos uma construção coletiva, que vai impactar de maneira diferente a formação do nosso estudante e vai ser geradora da transformação tanto na sociedade quanto na própria universidade. Para Maciel (1963, p.25) “[...] já não se pode entender, [...] uma universidade voltada sobre si mesma e para o passado, indiferente aos problemas cruciais que afligem o povo que ela deve servir...”

Também é fundamental termos o entendimento de que a universidade é o espaço da pluralidade, da liberdade, do respeito à diferença, da democracia e da formação - inclusive cidadã. Isto quer dizer que a cidadania é formada, consolidada, reforçada e, às vezes, até reelaborada dentro do espaço universitário, em que todos nós convivemos com concepções, visões e perspectivas diferentes do mundo. Tudo isso é fortificado pela riqueza que as diferentes áreas e as diferentes formações trazem para dentro do espaço acadêmico.

Dentro da Universidade, temos que começar a reconhecer essas diferenças e essa pluralidade como positivas, e trabalhar com essa complexidade na construção de uma universidade

² Esta definição de Extensão Universitária pode ser encontrada na Política Nacional de Extensão, aprovada em 2012 pelo FORPROEX.

múltipla, melhor e mais inclusiva, que respeite as alteridades, muito embora as nossas universidades sejam, na sua composição, um estrato do que a sociedade é, pois, ao lado de pautas progressistas, que fortalecem a democracia e a formação de cidadãos(ãs) conscientes de seus deveres e de seus direitos, também temos pautas de origem mais conservadoras e, algumas, até reacionárias, como atitudes racistas, LGBTQIA+fóbicas, machistas e misóginas. Estas atitudes são reflexos daquilo que acontece fora da universidade, mas precisamos ter em mente que a universidade é uma instituição constituída por pessoas, que, por sua vez, trazem consigo as marcas do tempo histórico vivenciado - portanto atitudes discriminatórias, lamentavelmente, também vão ocorrer no interior das universidades. A mudança deverá estar no encaminhamento dado, pois trabalhar para positivar as diferenças, contemplando toda essa complexidade, fornece bases para o nosso crescimento e faz com que todos(as) possamos avançar naquilo que é fundamental para o bem-estar de toda a população - e não apenas de parte dela.

Ainda, a Extensão é construída pelo diálogo. Não existe Extensão de única via, unilateral ou de interesse particular. Não se trata do que “o meu” laboratório, curso ou projeto quer fazer – trata-se de reconhecer como podemos ser capazes de contribuir com o que é efetivamente uma demanda da sociedade, enxergando, em comunidades, grupos sociais e diferentes segmentos, a possibilidade do crescimento e da construção pelo compartilhamento dos diferentes saberes. Isso nos conduz a uma caminhada muito mais profícua não só para a Extensão Universitária, mas para uma sociedade mais democrática e mais justa para todos(as).

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 207, preconiza a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Embora esteja ali mencionado, ainda nos dias de hoje, confi-

gura-se como um grande desafio para todos(as) nós, mesmo passados mais de 30 anos. Como a indissociabilidade acontecerá? Particularmente, acredito que seja necessário que se construam parcerias sólidas dentro e fora da sua instituição, envolvendo diferentes áreas e formações profissionais, para que a indissociabilidade possa ocorrer.

Afinal, nós temos sujeitos mais vocacionados para o Ensino, outros para a Pesquisa e outros para a Extensão. Se nós conseguíssemos conectar estas predisposições dentro da universidade e garantir que estas colaborações no âmbito acadêmico pudessem ser constituídas e consolidadas, otimizaríamos o perfil vocacional de cada um(a) e daríamos conta do cumprimento integral do Ensino, da Pesquisa e da Extensão referenciados pela sociedade. Quando conseguirmos atingir esse objetivo, também avançaremos na maneira de como fazemos o Ensino e a Pesquisa - porque a Pesquisa também será mais bem contextualizada às demandas da sociedade - e, por sua vez, a Extensão será mais qualificada.

Diante da pluralidade e do amplo horizonte possibilitado pela Extensão Universitária, a sua conceitualização e as suas fundamentações podem parecer um grande desafio. Para auxiliar, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou, em 2018, um documento com as Diretrizes da Prática Extensionista, que podem ser resumidas através de “5 Is”.

Para que possamos avançar no entendimento do que é a Extensão Universitária, é preciso explicitar seus fundamentos centrais. Podemos dizer que ela é caracterizada por cinco “Is”, que são: Interação dialógica; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Impacto na formação do estudante; e Impacto e transformação social³.

³ Para saber mais sobre essa definição, consulte as Diretrizes para a Extensão, publicada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2018.

Figura 1 - 5 I's da Extensão Universitária

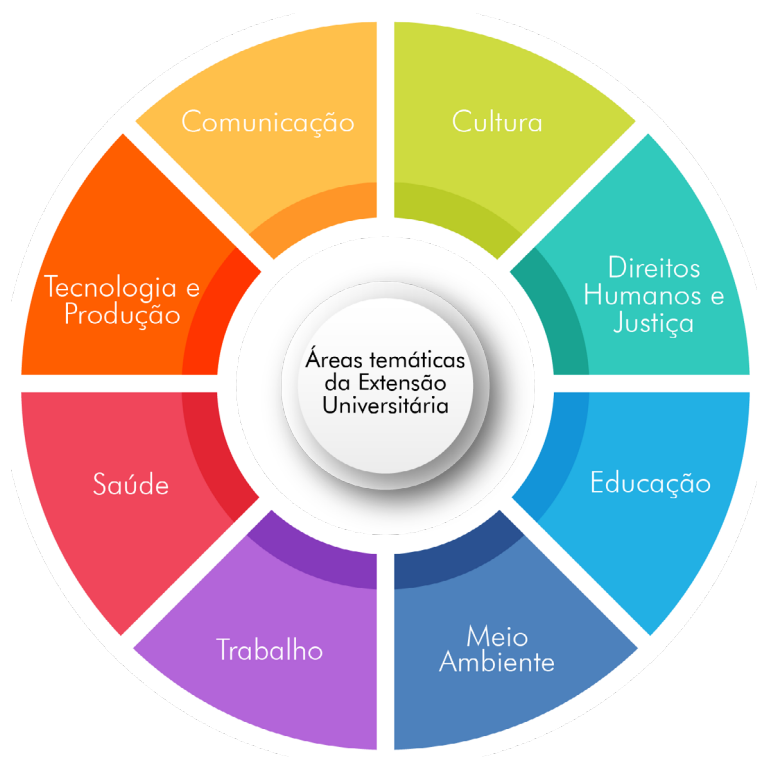


A interação dialógica entre universidade e sociedade é basilar para o pensar e o agir extensionista. A Extensão exige e reivindica a troca constante e o compartilhamento na sua construção, desde o alinhamento de sua proposição com o que a sociedade demanda, haja vista que essa demanda esteja adequada aos propósitos que movem a universidade, que são o ensino e a formação. A interação dialógica exige a manutenção do diálogo constante entre os extensionistas, as instituições e as comunidades. Isto é indispensável, pois a Extensão não acontece dentro das universidades nem é um movimento de dentro para fora da universidade, pelo contrário, ela pede reciprocidade, é uma via de mão dupla – como já afirmamos, existe um compartilhamento de saberes – e, aí, reside o grande crescimento para todos nós.

A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade remetem a certa dependência, pois ninguém faz Extensão sozinho. A Extensão, para que possa ser qualificada, pede congraçamento entre diferentes áreas. A ação extensionista é feita por grupos, e, quanto mais heterogêneos em relação às áreas que os constituem e as diferentes formações profissionais eles forem, mais rica será a partilha. Este ponto também ressalta o papel da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, pois essas trocas iniciadas na Extensão podem se estender aos problemas de Pesquisa (impactando na produção de novos conhecimentos) e aos projetos de Ensino, dentro e fora do ambiente acadêmico.

Cabe destacar que a Extensão é organizada em três grandes eixos de atuação, que estão definidos da seguinte forma: territórios, nos quais atuamos e que podemos definir, dentro das próprias instituições, quais serão os prioritários; grupos populacionais, que também podemos definir os prioritários; e as áreas temáticas, que são oito ao todo. Dificilmente, as áreas temáticas têm um espelhamento das áreas científicas do conhecimento, como, por exemplo, as subdivisões que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES ou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq fazem. Se afirmamos que a Extensão é interdisciplinar e interprofissional, é a partir do arranjo de diferentes áreas que vamos propor ações de Extensão que serão classificadas, conforme Política Nacional de Extensão (2012), como: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; ou Trabalho. A natureza da ação proposta e sua finalidade é que definirão a área temática a qual ela vai se vincular.

Figura 2 - Áreas temáticas da Extensão Universitária



Um outro aspecto muito importante diz respeito ao impacto na formação do(a) estudante. Afirmo que este deve ser o principal condutor da Extensão, pois é o que justifica e caracteriza as ações extensionistas das instituições de ensino. A Extensão dissociada da formação do(a) estudante perde completamente o sentido. É impossível pensar uma Ação de Extensão sem que o(a) estudante esteja vinculado, seja ele do ensino médio, do ensino técnico, da graduação ou da pós-graduação, porque a Extensão é formativa, e esse é o nosso papel enquanto instituição de ensino. Ademais, a Extensão dá um novo significado à sua formação.

Permitam-me falar de uma situação pontual para ilustrar. Quando começamos a discutir a Política de Extensão na UFSM, em 2018, dado que a Extensão é uma construção coletiva e não pode ser proposta de maneira vertical, dialogamos com todas as unidades de ensino que integram a universidade. Este foi um momento bem importante, de construção interna e de entendimento acerca da Extensão Universitária. Em um dos encontros, um professor que trabalha com prestação de serviço levantou a questão sobre a real necessidade da presença de estudantes na ação de Extensão. Cabe dizer que a prestação de serviços que a universidade faz na modalidade de Extensão - porque a prestação de serviço também pode ser uma modalidade de Pesquisa - só se justifica ser feita dentro da universidade se ela for capaz de impactar a formação do(a) estudante. A questão apresentada pelo docente trazia a seguinte premissa: “se eu tiver que incluir, na ação de Extensão, o(a) estudante, ele(a) vai aprender a atividade que desempenho e, depois de formado(a), poderá prestar esse serviço”. Sem a menor sombra de dúvida, respondemos que este também é o propósito de uma ação de Extensão, classificada como prestação de serviços, ao ser realizada dentro da universidade, ou seja, impactar na formação do(a) estudante e, quiçá, oportunizar-lhe novos campos de atuação profissional.

Assim, reconhecemos que existe a Extensão que vai impactar na formação de um(a) cidadão(ã) mais consciente de seus direitos e deveres, mas há a Extensão que tem uma perspectiva mais vinculada à formação profissional, propiciando o exercício de sua prática de modo orientado. Afinal, é para isso que trabalhamos, para que nossos(a) estudantes possam se formar e conseguir suas colocações.

O propósito do docente dentro da instituição de ensino não é fazer a prestação de serviços para as empresas de maneira alheia à formação do(a) estudante, pelo contrário, só justifica

uma universidade fazer prestação de serviço se ela for capaz de atender todas essas diretrizes da Extensão e corroborar ao impacto na formação do(a) estudante, seja pela via cidadã, seja pela via profissional - ou por ambas. Portanto não existe ação de Extensão sem a participação de estudantes. Os(as) estudantes são indispensáveis para que a Extensão Universitária possa ocorrer. Aproveito para salientar que além da prestação de serviços, as ações de extensão podem ser classificadas, segundo a Resolução nº 7/2018 do CNE, como: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos.

Figura 3 - Classificação das ações de Extensão Universitária



Agora, falemos sobre impacto e transformação social. Apesar de difícil mensuração, se não conseguimos projetar quais os impactos gerados com a Extensão, talvez ela não seja adequada enquanto ação de Extensão ou não esteja qualificada ainda. Trata-se de um esforço contínuo na rotina extensionista, porque a Extensão precisa estar conectada com as demandas da sociedade. Fazer com que as nossas ações de Extensão efetivamente tenham impacto e promovam transformação social é um grande desafio.

Precisamos trabalhar com a Extensão em diferentes perspectivas, uma Extensão social e uma Extensão tecnológica; uma Extensão que seja capaz de dialogar com grupos sociais vulneráveis econômica e socialmente da nossa sociedade, mas que também seja capaz de dialogar com setores produtivos, desde o campo até às indústrias. Este leque amplo de atuação pede o trabalho de um grupo interdisciplinar e interprofissional. É preciso olhar para a Extensão agregando os aportes que cada uma das áreas é capaz de fornecer.

Quando falamos sobre impacto e transformação, não nos referimos apenas à sociedade, mas também a dentro das instituições de ensino superior. Esta transformação é dupla. A universidade se transforma, ao mesmo tempo em que atua, orientando as ações Extensionistas e, assim, propiciando o desenvolvimento social e regional, além do aprimoramento das políticas públicas. As ações precisam estar ancoradas com as demandas e em diálogo constante com os diversos setores da sociedade, para avançarmos em conjunto.

As diretrizes de transformação social oferecem três premissas importantes para refletir sobre o trabalho extensionista. A primeira delas é o privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsiderar a complexidade e a diversificação social. É um desafio conectar e propor ações de Ex-

tensão atreladas com os diversos setores demandados pela sociedade. A segunda premissa é a abrangência, de forma que a ação ou um conjunto de ações possam ser suficientes para oferecer contribuições relevantes na transformação da área, do setor ou da comunidade sobre a qual incidem. E a terceira é a efetividade na solução do problema demandado.

Pensar nessas premissas possibilita que a nossa visão não fique míope no expediente que pretendemos desenvolver. É uma grande provocação para todas as nossas instituições, em especial no âmbito das Pró-Reitorias de Extensão, fazer com que toda essa força de trabalho intelectual das ações em prol do desenvolvimento social e regional dos territórios atuem e dialoguem entre si.

Enquanto extensionistas, precisamos fazer este esforço de projetar o que esperamos com as nossas ações de Extensão e de reconhecer a importância do trabalho interdisciplinar e interprofissional que somos capazes de articular em prol da realidade social na qual iremos desempenhar nosso trabalho.

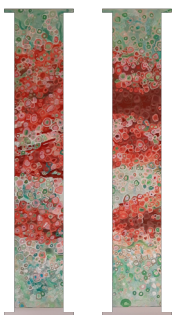
Reforço que a transformação, mediada pela Extensão, não pode ser apenas externa. Queremos que a própria universidade pública seja capaz de se transformar, pois é nessas trocas que crescemos. É fundamental que as nossas instituições procurem articular as demandas provenientes da interação com diversos setores da sociedade, junto aos Planos de Desenvolvimento Institucional – PDIs das instituições. Precisamos, ademais, promover iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas. Precisamos incentivar a atuação da comunidade acadêmica e técnica no enfrentamento às questões que implicam a sociedade brasileira.

Quando pautamos o caráter de transformação social, deixamos de lado o assistencialismo. Os aspectos econômicos, por exemplo, gerados a partir da Extensão qualificada podem

possibilitar uma distribuição de renda, promovendo empregos, através de ações nas quais os sujeitos participem e avancem em sua emancipação social.

Ao elencar as cinco características centrais da Extensão contemporânea fica latente sua relação com os princípios da dimensão ontológica de Freire (2017), diálogo, humildade, empatia, amor e esperança. O diálogo é transversal, ao mesmo tempo que está explicitado na interação dialógica. A humildade nos aguça a capacidade de reconhecer que todos(as) tem conhecimento e podem partilhar, evidenciando assim, a troca, a mão dupla. Para Suzina e Tufe (2021, p. 189), a empatia “[...] reconhece as desigualdades e as toma como questões coletivas”, o amor conduz a “[...] um modelo de desenvolvimento baseado em laços coletivos” e a esperança “[...] significa confiar em uma nova ordem social justa como horizonte a seguir.”

Ainda, é preciso entender qual é a missão das universidades públicas brasileiras na construção nacional, para que a Extensão Universitária cumpra com o que lhe compete, considerando que o impacto social está presente tanto no papel da Extensão, através da transformação social, quanto na formação cidadão do(a) estudante universitário(a). Uma Extensão Universitária forte e qualificada aporta à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, o que corrobora, também, à soberania do Estado Nacional e ao progresso de seu povo e de suas instituições.



A curricularização da extensão

A partir de 2023, todos os cursos de graduação do Brasil deverão contemplar, em sua carga horária, 10% de atividades extensionistas na formação de estudantes de nível superior. Isto implica na reestruturação dos currículos, na adaptação do corpo universitário e na adoção de estratégias de gestão para que a legislação seja cumprida. Na UFSM, a discussão da inserção da Extensão nos currículos da graduação está avançando, em um trabalho conjunto e democrático, permitindo que essa proposta aconteça de forma efetiva e permanente.

A curricularização da Extensão no Brasil é tema que gera constantes preocupações em toda a comunidade universitária. Embora pareça que seja apenas uma exigência legal, é preciso reconhecer que esse trabalho promove importantes avanços em nossas instituições de ensino, tanto para nossa comunidade acadêmica quanto para a sociedade. Igualmente, representa uma conquista das universidades brasileiras.

O ponto de partida para tratar da curricularização da Extensão são as normativas que regulamentam e orientam sua prática em nível nacional e local. Em âmbito nacional, temos a Política Nacional de Extensão Universitária, aprovada pelo Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras – FORPROEX, em 2012, que estabelece as diretrizes para a Extensão Universitária; a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024, que indica a inserção da Extensão com a carga horária dos currículos em 10%; e a Resolução n.º 7 de 2018, do Conselho Nacional de Educação – CNE, que estabelece as Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira.

É importante ressaltar que a Resolução n.º 7 (2018) representa um grande marco para a educação brasileira, concretizando uma luta, de mais de 30 anos, do FORPROEX para valorizar a Extensão nas universidades, e que parte do pressuposto de que a educação é um bem público, inalienável e direito de todo(a) cidadão(ã). A resolução, além de

ratificar o PNE 2014-2024, assegurando um total de 10% da carga horária dos currículos dedicados à Extensão, simboliza um avanço para que as universidades cumpram com o seu compromisso público e social.

Localmente, na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, discutimos e atualizamos nossa Política de Extensão, que rege, em alçada institucional, a Extensão Universitária. Nossa Política, além de atender e de ser fomentada pela legislação nacional, foi responsável por rever o documento anterior, vigente desde 2008, e, portanto, com mais de dez anos de defasagem com relação às práticas extensionistas. Essa nova diretriz interna para a Extensão, aprovada em 2019, foi amplamente debatida em todas as unidades de ensino da instituição, envolvendo docentes, técnicos-administrativos em educação – TAE e estudantes. Esse movimento foi importante para reposicionar, de modo muito distinto, a Extensão na UFSM. Muitas vezes, quando os(as) servidores(as) estavam em processo de registros dos seus projetos e não sabiam, por exemplo, como classificar, valiam-se da guarida generosa da Extensão, o que não corrobora ao desenvolvimento de uma Extensão qualificada, pois a Extensão que queremos tem seus princípios, suas diretrizes e seus valores. Após a aprovação da Política, para classificar uma ação como Extensão, o servidor precisa certificar-se que ela cumpre os requisitos que fazem jus à designação pretendida, ou seja, que cumpre com os 5 Is, percorridos no capítulo anterior.

A Política de Extensão da UFSM confere visibilidade a esses princípios, e a discussão democrática com estudantes, professores e TAEs fez com que, internamente, as pessoas comesçassem a pautar mais a Extensão e entendê-la melhor. Para além de estabelecer e dar visibilidade, a construção da Política também permitiu um melhor alinhamento do fazer

extensionista com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em associação com os objetivos da UFSM e sua atuação na sociedade. Neste esforço, conseguimos demarcar, em quatro desafios do PDI, que serão explicitadas no capítulo 6, como a Extensão pode contribuir para o crescimento institucional. Afinal, a Política de Extensão deve ser um importante instrumento de base para o planejamento não só do PDI, mas também dos Planos de Gestão Universitária, dos Planos das Unidades e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da universidade.

Do debate descentralizado da Política de Extensão, resultou a Resolução n.º 006/2019, que traz as diretrizes e os objetivos da Extensão da UFSM, alinhada à Política Nacional de Extensão (2012) e às Diretrizes da Extensão na Educação Superior Brasileira (2018). A resolução mencionada apresenta os propósitos da Pró-Reitoria de Extensão (PRE), assim como os eixos e as linhas temáticas da Extensão; dispõe da caracterização e da classificação dessas ações; estabelece regras sobre o financiamento; discorre sobre a Câmara de Extensão e as comissões de Extensão das unidades; apresenta o Fórum Regional Permanente de Extensão; explicita como se avalia e se valoriza a Extensão dentro da UFSM; e enuncia, pela primeira vez em documento aprovado nos conselhos superiores, sobre a inserção da Extensão nos currículos.

Entre os destaques do documento, de maneira expressa no texto, está o protagonismo estudantil. A Extensão tem uma dimensão educativa e busca gerar impacto na formação do(a) estudante. Em sentido mais amplo, também formamos um(a) cidadão(ã), como já afirmamos no capítulo anterior. Sendo assim, não podemos pensar na Extensão como restrita à área disciplinar de vinculação do(a) estudante. É fundamental que o corpo discente circule por

diversas áreas, que tenha experiências extensionistas distintas à sua formação profissional. Não é gratuito que são apenas oito as áreas temáticas da Extensão, afinal, é uma característica sua ser interdisciplinar e interprofissional.

Convém ressaltar que o processo que deflagrou o debate sobre a Política de Extensão da UFSM é anterior ao da sua inserção nos currículos. O documento interno que norteia essa ação é a Resolução 003/2019. Para que pudessemos avançar na curricularização, a Política de Extensão foi fundamental. A partir dela, realizamos um trabalho conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação e com o Centro de Processamento de Dados, promovendo a curricularização de forma responsável e comprometida com os desafios e as metas da instituição.

Embora o Plano Nacional de Educação (PNE) exija que a inserção aconteça nos cursos de graduação, na UFSM ampliamos esse escopo de trabalho. Em nossa normativa, deixamos em aberto possibilidades para incluir os colégios (de aplicação) que atuam no ensino médio, pós-médio e técnico, na graduação e na pós-graduação dentro da universidade. Cabe dizer que, no cotejar a Extensão e a pós-graduação, destacamos o quesito “inserção social”, cada vez mais considerado pela CAPES na avaliação dos programas de pós-graduação.

Também produzimos algumas regulamentações adicionais para orientar a curricularização da Extensão, além de seminários para discorrer sobre a temática. Com a pandemia, o prazo para a curricularização foi prorrogado, através da decisão do Ministério da Educação. De 2021, que seria o prazo limite, passou para 2022 o ano de consolidação da inserção da Extensão nos cursos. É importante salientar que a implementação de estratégias e de criação

de documentos orientativos para a efetivação da Extensão nos currículos da graduação é um trabalho compartilhado, pois só assim é possível avançar. A resolução que criamos na UFSM, a qual estabelece que todos os cursos de graduação precisam adaptar seus projetos pedagógicos para cumprir as exigências do PNE e assegurar o mínimo de 10% de total de créditos curriculares para a graduação em projetos ou programas de Extensão, foi um esforço conjunto e colaborativo.

Em linhas gerais, o documento estabeleceu, de modo mais prático, três modalidades possíveis para que esse objetivo seja alcançado. A primeira modalidade são as Atividades Complementares de Extensão (ACEx), que são programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços, registrados na universidade, que podem ser integralizados durante os cursos. Para conseguir o registro dessas ações, elas precisam estar qualificadas pelas Diretrizes da Extensão, que constam na Política de Extensão da Universidade, e registradas no sistema.

A segunda modalidade são ações vinculadas aos Componentes Curriculares do Núcleo Rígido, que são disciplinas obrigatórias ou eletivas, com destinação específica de sua carga horária prática para a Extensão Universitária. Essas disciplinas necessitam ter um projeto ou programa de ações para abarcar essa carga horária.

A terceira modalidade são as ações vinculadas aos Componentes Curriculares do Núcleo Flexível, que são disciplinas complementares de graduação que têm um caráter extensionista. Elas também precisam estar vinculadas a programas ou projetos de Extensão, podendo, neste caso, ter carga horária teórica, para incluir os alunos nas metodologias que são próprias da Extensão Universitária.

Figura 4 - Modalidades de curricularização da Extensão na UFSM



Essas modalidades não foram escolhidas ao acaso ou propostas por uma conformidade das Pró-Reitorias, mas, sim, construídas a partir de um diálogo horizontal na instituição, que respeitasse a legislação. Como não é aconselhado, aos cursos, aumentarem a sua carga horária para cumprir os 10% de Extensão nos currículos, é preciso pensar em políticas que não dificultem esse processo de inserção, ao contrário, que permitam certa facilidade de assimilação aos projetos pedagógicos. É claro que, em alguns cursos, essa inserção será mais facilitada, mas queremos que todas as áreas tenham um ótimo desempenho e um trabalho mais profícuo.

A pergunta que nos baliza é: como podemos fazer a inclusão da Extensão nos currículos de modo eficiente e eficaz? Mesmo que a Resolução 003/2019 direcione para a gradua-

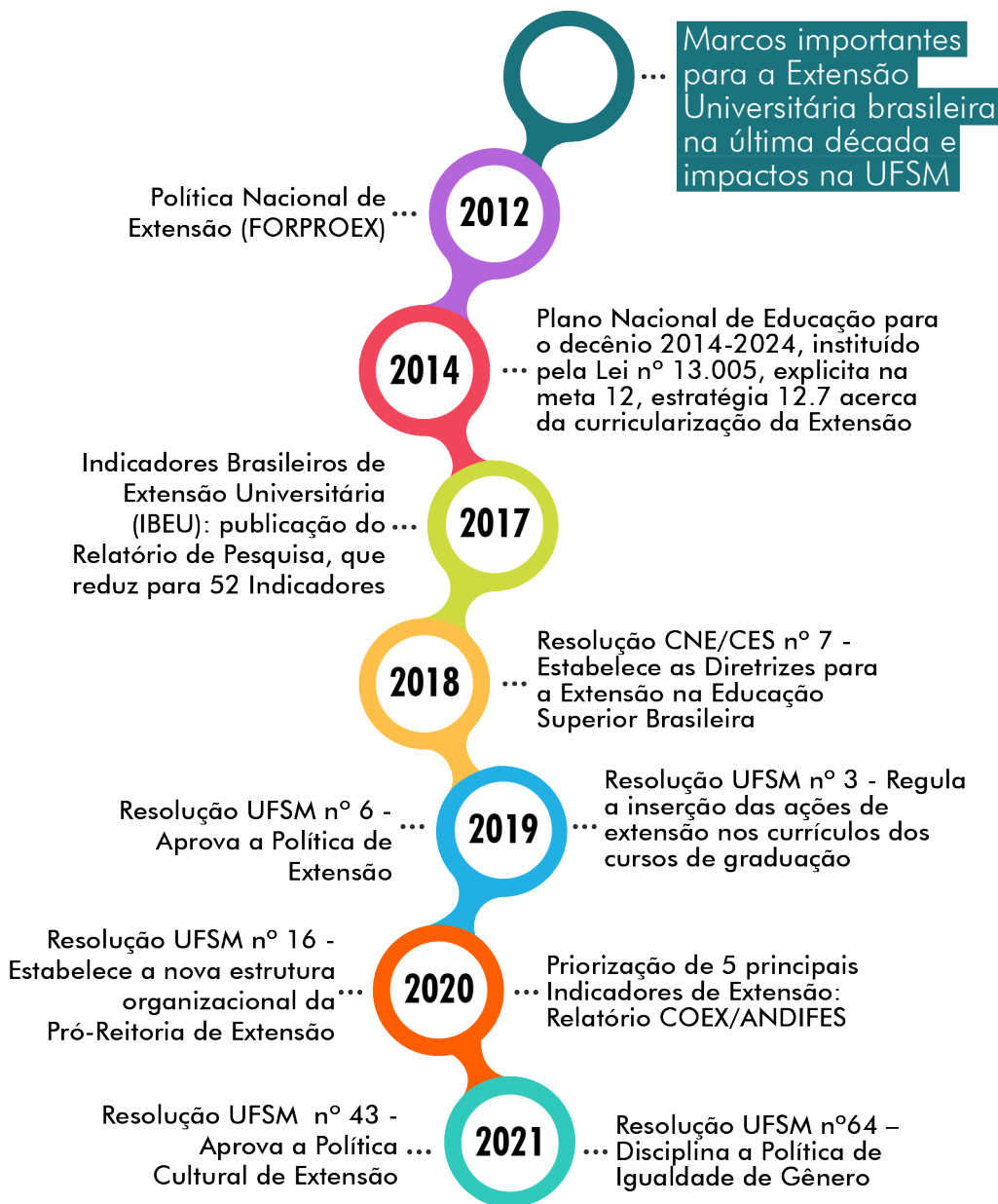
ção, como a concebemos para os cursos técnicos? Entendemos que é importante disseminar a perspectiva da inserção da Extensão nos currículos dos colégios também. Igualmente, procuramos vínculo com a pós-graduação, pois, cada vez mais, ela assume o compromisso com a inserção social dos programas, que é uma das dimensões avaliadas. Afinal, os programas também precisam dialogar e integrar suas pesquisas com a sociedade.

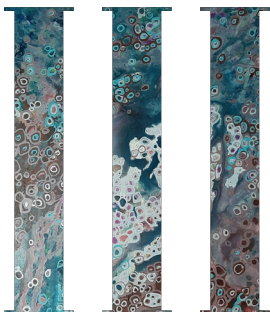
Ainda restam alguns desafios para avançar com essa demanda de integralização da Extensão. Um deles é o de integrar as ações sem aumentar a carga horária dos cursos, mantendo o número de créditos que já se têm na estrutura. Para tanto, é indispensável fazer uma análise contundente do currículo, confrontando e analisando o que é realmente necessário para a formação profissional do(a) estudante. Muitas vezes, os(as) docentes são muito apegados(as) a suas disciplinas e às respectivas cargas horárias. Mas o enfrentamento é fundamental.

Também é preciso mobilizar a comunidade acadêmica para a importância desse trabalho, além de ampliar os números de ações de Extensão registradas na universidade, para poder disponibilizar uma quantidade maior de atividades aos(às) estudantes. Isso implica na publicização das ações de Extensão e na sua oferta em períodos noturnos, finais de semana e férias.

Em síntese, tudo isso implica e demanda a mudança da cultura de nossas instituições. Apesar de as universidades serem espaços da diversidade e da democracia, encontramos muita resistência para mudar as estruturas e os espaços de poder, para avançarmos. Esse é, talvez, um dos maiores desafios, mas inestimável para que cumpramos nosso papel social.

Para ilustrar a trajetória percorrida pela Extensão Universitária brasileira e a da UFSM, apresentamos um infográfico com os principais avanços da última década.





Extensão e territórios

A experiência do Projeto Geoparques no desenvolvimento regional

Um dos eixos centrais da estratégia proposta para certificação de Geoparques Mundiais é a preservação e a valorização dos Patrimônios Natural e Cultural das localidades. A articulação entre o desenvolvimento humano, social, econômico e ambiental dos territórios deve primar pela cultura dos povos tradicionais e a participação democrática. A inserção da Extensão da UFSM pauta-se por esse horizonte, fortalecendo uma identificação das pessoas com seus territórios, arraigada em um modelo de desenvolvimento colaborativo.

Geoparques podem ser encarados como uma alternativa para o desenvolvimento regional, tendo patrimônio geológico, geomorfológico peculiar, e aliando-o a estratégias de preservação e valorização dos seus patrimônios. Também é preciso desenvolver um programa educativo - neste sentido, já implementamos algumas ações. A perspectiva de desenvolvimento está orientada para o turismo de baixo impacto e que agrega ao território razões empreendedoras, para gerar renda a essas comunidades. A geração de renda vem do envolvimento dessas comunidades na valorização e na preservação do seu patrimônio natural e cultural, tendo, por prerrogativa, o turismo de base comunitária.

Um dos principais desafios para nós, que trabalhamos com a Extensão e o Projeto Geoparque, é a Extensão impactando na formação cidadã, como emancipatória dos sujeitos, para uma sociedade mais justa e igualitária, associando-a à conservação e à valorização do patrimônio natural e cultural, para propiciar novas oportunidades de renda e de fixação da população jovem nos territórios. O desafio é imenso!

Outra questão importante trazida pela Extensão e pela estratégia de Geoparques, juntamente, é a pauta identitária. Quando não há vinculações com o local em que estamos inseridos, muitos traços culturais acabam se perdendo com o passar das gerações - e até mesmo o patrimônio natural e arquitetônico acaba se deteriorando, pois não há zelo e

cuidado com aquilo que não nos afeta positivamente. Trabalhar com a questão patrimonial é fundamental para fortalecer esses vínculos com os territórios e, assim, valorizar e auxiliar na criação de identidades coletivas que atuarão na preservação da diversidade patrimonial, tendo suas bases no sentimento de pertença compartilhado.

A Extensão Universitária, inserida nas localidades, associada à estratégia de Geoparques, possibilita que os sujeitos conheçam o universo que os rodeia e compreendam os sentidos presentes no plano simbólico no qual estão inseridos. Dessa forma, estimulamos os indivíduos a zelarem pela manutenção do seu local e da sua cultura, pois essa consciência coletiva, que é despertada e acionada, produz impactos positivos que se estendem a gerações futuras.

Geoparques são territórios reconhecidos, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como lugares especiais e peculiares do mundo. Desde 2018, através da Pró-Reitoria de Extensão, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) atua no reconhecimento de dois locais no centro do Rio Grande do Sul: o território da Quarta Colônia, que reúne nove municípios; e o território de Caçapava do Sul - este em parceria com a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

O primeiro aspecto que devemos ressaltar, para pensar em como a Extensão pode atuar junto aos territórios reconhecidos como Geoparques Mundiais, é que Geoparques não são setores ou espaços pertencentes às universidades. Esses territórios são das comunidades que nele vivem, convivem e que dele tiram seu sustento. É importante que as instituições de ensino, em especial as de ensino superior, atuem nessas comunidades, mas como colaboradoras, parceiras. A estratégia de desenvolvimento proposta por essa via é de avanço conjunto, através do diálogo entre os diferentes atores, para a promoção

dos desenvolvimentos social, econômico, humano e ambiental pautados pela sustentabilidade.

Para que os territórios recebam a certificação internacional da Unesco, é preciso coexistir dois elementos fundamentais: 1) uma particularidade geomorfológica desse território que justifique o título e 2) uma estratégia sólida e profícua de desenvolvimento regional sustentável. Nos territórios em que atuamos, da Quarta Colônia⁴ e de Caçapava do Sul⁵, o patrimônio geológico, que já tem uma importância mundial, é o que nos confere a condição inicial. A Extensão Universitária, por sua vez, vem para auxiliar mais fortemente, no segundo elemento, o fortalecimento e o planejamento de estratégias de desenvolvimento local-regional, valorizando as populações tradicionais, a cultura local-regional e o patrimônio presente

4 A Quarta Colônia é composta por nove municípios: Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, Pinhal Grande, Restinga Sêca, São João do Polêsine e Silveira Martins, que somadas tem, aproximadamente, 60 mil habitantes. As descobertas fossilíferas do local foram incorporadas ao Guinness Book, como os dinossauros mais antigos do Planeta. Com relação à distribuição da população dos municípios da Quarta Colônia, taxa de crescimento e percentual dos municípios em relação à região, segundo os dados estatísticos da população do IBGE (2000-2020), a Quarta Colônia reduziu a sua população, na maioria dos municípios, com exceção de Nova Palma. No período de 2000-2010, a região sofreu um significativo êxodo rural, com uma migração tanto para a sua área urbana como para fora da região. A Quarta Colônia possui uma disparidade entre os seus municípios nos Índices de Desenvolvimento Humano, contudo a região tem condições de melhorar a sua performance com políticas públicas mais ousadas voltadas para o desenvolvimento sustentável.

5 Caçapava do Sul está entre uma das cidades mais antigas do Rio Grande do Sul. O município é reconhecido pela sua relação com a história do Estado e com a identidade cultural gaúcha, devido ao importante papel desempenhado durante a Revolução Farroupilha. A singularidade geomorfológica do território está associada às rochas sedimentares marinhas e continentais, datadas em mais de 500 milhões de anos, numa área de beleza paradisíaca e de importância ecológica, conhecidas como Pedras das Guaritas e Serra do Segredo. Assomam-se os fósseis das preguiças-gigantes, animais extintos do que se denomina megafauna, localizados nos arriolos do município. Os primeiros dados do território revelam que possui uma área de 3.047 km², população estimada em 35 mil habitantes, e sua economia está baseada na mineração de calcário e na pecuária bovina. É um dos municípios com maior área plantada de oliveiras no sul do Brasil, possuindo, inclusive, uma indústria de beneficiamento de azeite de oliva. Quanto ao IDH, está abaixo da média do RS, em torno de 0.704, com índices especialmente baixos em educação.

nesses territórios. Dessa articulação é que se torna possível o reconhecimento mundial pela Unesco.

Esse desenvolvimento que é enfatizado pela Extensão Universitária é um elo que congrega a preservação, a conservação e a valorização do patrimônio natural e cultural dessas regiões. Tendo esse horizonte estabelecido, o trabalho de base realizado pela Extensão Universitária corrobora, também, no fortalecimento do vínculo das comunidades com seus territórios, enfatizando o sentimento de pertença, que, possivelmente, motivará os(as) cidadãos(ãs) a continuar nessas localidades e trabalhar tanto pela sua preservação quanto pelo seu desenvolvimento.

Aliás, esse é um dos eixos fundamentais contidos na premissa de Geoparques, ou seja, (voltar a) dar vida aos territórios através da fixação e da identificação das gerações mais novas com o patrimônio e a cultura local. Daí, segue-se a geração de renda e a prosperidade dos negócios locais, influenciados pela atração dos turistas, que buscam uma alternativa para visitação de baixo impacto e que está preocupada com a preservação local. A geração de renda comprometida com a sustentabilidade é o que promove o desenvolvimento econômico e humano, criando uma seara próspera à Extensão Universitária.

A partir da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a motivação para avançar com o trabalho dos Geoparques foi resultado do acúmulo de produção científica que tratava da temática na instituição. Grande parte dessa produção estava lotada no Departamento de Geociências, e foi apresentada à PRE pela Coordenadora de Desenvolvimento Regional e Cidadania, Jaciele Sell e pelo Professor e Geólogo André Borba. Isso permitiu que a Universidade pudesse vislumbrar, a partir daí, uma atuação articulada das diferentes áreas e subunidades, assim como dos diferentes cursos nesses territórios, projetando uma possível contribuição em busca da certifica-

ção internacional. Afinal, a UFSM, ao longo de seus mais de 60 anos, já consolidou um trabalho longo e significativo nessas regiões, talvez o que faltasse era um propósito específico para uma atividade encadeada.

Da provocação feita e do acúmulo de pesquisas na instituição, conseguimos, através da Pró-Reitoria de Extensão, trazer mais pessoas para somar esforços. Uma estratégia conjunta, que reúne comunidade acadêmica e externa, para que as propostas de Geoparque funcionem como uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável.

Nosso primeiro esforço foi o de articulação interna. Mapeamos as ações de Extensão que já eram desenvolvidas nos territórios da Quarta Colônia e de Caçapava, desde os já concluídos até os em andamento. A partir dessa tarefa, identificamos os(as) coordenadores(as) dessas ações e construímos um panorama mais amplo do que já vinha sendo desenvolvido nessas localidades. Em uma universidade do porte da UFSM, com uma comunidade acadêmica superior a 35 mil pessoas, distribuídas em 4 *campi*, a articulação é fundamental para que uma proposta alcance êxito. Referendamos internamente, junto aos órgãos e à gestão da universidade, e inferimos que as propostas de Geoparque eram realmente um caminho que a UFSM tinha condições de percorrer.

Logo começamos um trabalho de conectar os(as) coordenadores(as) das ações, criando e fortalecendo o vínculo entre as pessoas - pois precisamos manter sempre, como horizonte, que a Extensão é feita por e para pessoas, e elas precisam estar conectadas também entre si. Só a partir do fortalecimento desse vínculo é que começamos a dialogar com os territórios. Entendemos que não poderíamos nos dirigir aos gestores públicos dos territórios primeiro e só após realizar a articulação interna. Antes de tudo, era preciso que houvesse um trabalho coeso.

Nos territórios, iniciamos uma série de audiências públicas com as populações locais e com os agentes públicos. Como é habitual da Extensão, estando nessas comunidades, dialogamos com todos: com os grupos em situação de vulnerabilidade social, com os agentes públicos e os seus representantes em nível estadual e federal, com o setor comercial, com a agroindústria e com os agricultores familiares. Afinal, a proposta de Geoparques é uma estratégia para todos(as) na comunidade, porque, quanto mais pessoas abraçarem essa causa, mais exitoso será seu cumprimento.

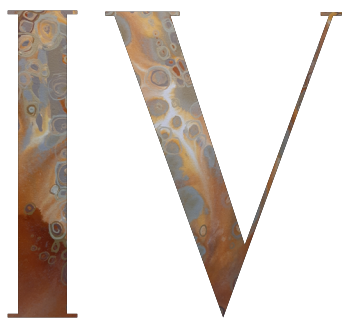
Essas audiências se organizaram em dois grandes momentos: no primeiro, para explicar à população o que é um Geoparque, foram realizadas audiências nas Câmaras de Vereadores dos municípios, abertas para toda a população; no segundo, com vistas a explicar como é a gestão dos Geoparques, apresentamos suas funções e quem pode participar. A articulação é importante para demonstrar que essa certificação internacional almejada só funciona com a vontade e com o compromisso da sociedade local-regional. Embora a universidade tenha um papel importante nessas regiões, são o poder público, os movimentos sociais e a iniciativa privada que precisam atuar em prol da implementação da estratégia de desenvolvimento sustentável.

Internamente, criamos um projeto estratégico dentro da PRE para que as ações desenvolvidas nesses territórios, definidos como prioritários, pudessem ser financiadas. Dentro da reestruturação que a Pró-Reitoria passou em 2020, também criamos uma subdivisão na estrutura organizacional da unidade, que garantisse uma continuidade da ação por um longo período. Dessa forma, independentemente das gestões que se sucedam na universidade, a Subdivisão de Geoparques permanecerá existindo, com uma missão específica a ser cumprida e a garantia de que o trabalho continuará e será valorizado.

Para além das ações de Extensão que articulamos, também conseguimos, pelo projeto institucional, que muitos docentes vinculassem a atuação de suas disciplinas - tanto na graduação como na pós-graduação -, junto aos territórios. Incentivamos a participação das Empresas Juniores nessas regiões, e alguns programas de pós-graduação UFSM têm foco específico nessas localidades, ofertando vagas extras, em seu processo seletivo, a docentes e profissionais dos territórios.

Em dados concretos da atuação que a UFSM, tivemos o dobro de projetos que atuaram em 2020 na Quarta Colônia e em Caçapava, em comparação com o ano anterior, e um aumento expressivo no valor destinado às ações que trabalham junto aos territórios, mesmo com a pandemia de covid-19. Os números demonstram que, para a universidade, essa estratégia de desenvolvimento regional é importante - e é um caminho que ela quer seguir.

O processo tem sido tão efetivo que, no ano de 2020, encaminhamos as cartas de intenções de ambos os territórios à Unesco - Paris, via Palácio do Itamaraty. Desde então, os territórios já foram considerados Aspirantes a Geoparque pela Unesco. O trabalho segue mais fortalecido ainda, graças à pujança da Extensão Universitária, rumo à certificação internacional, que deu margem para o envio dos dossiês de candidatura de ambos os territórios no ano de 2021. Com isso, o trabalho extensionista não se encerra, pelo contrário, é fortalecido e ampliado, porque se torna premente envidar esforços para que a população possa ter os benefícios de um desenvolvimento efetivamente sustentável (econômico, social, humano e ambiental).



**Direitos Humanos e
empreendedorismo no
desenvolvimento social**

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), um dos principais articuladores de políticas de inclusão é o Observatório de Direitos Humanos, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão (PRE). Através dele, são desenvolvidos projetos específicos com grupos populacionais e editais de fomento a projetos alinhados aos eixos prioritários, inspirados no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, assim como viabilizadas ações de promoção dos direitos humanos.

As universidades são espaços de pluralidade - e isso, às vezes, gera certa dificuldade de compreensão e de desenvolvimento de algumas ações nesses ambientes. Dentro das instituições, costumeiramente, buscamos uma perspectiva menos conflitiva e mais confortável, que, ocasionalmente, insiste pelo consenso ou por uma opinião de uma maioria muito estabelecida no senso comum, via de regra, definida por padrões hegemônicos. Isso não é positivo, porque não permite que reconheçamos as nossas diferenças, impedindo o nosso crescimento como sujeitos e como indivíduos comprometidos com a construção de uma sociedade mais plural e mais diversa.

É importante reconhecer, também, que as universidades são um estrato da sociedade, como já afirmamos. Lamentavelmente, dentro das universidades, vamos ver propagados muitos preconceitos. Afinal, a universidade é feita por pessoas e, quando destacamos a importância da pluralidade, do respeito à diferença e do crescer com essas diferenças, não defendemos nenhuma forma de justificar a intolerância como tolerância - mas, sim, de ser tolerantes com as diferenças e não perpetuar a intolerância que vemos no cotidiano, especialmente fora da universidade. Sendo o espaço da pluralidade, da liberdade, do respeito à diferença, da democracia e da formação, inclusive cidadã, a universidade pode e deve ter uma inspiração fortemente extensionista, não somente para os(as) estudantes, mas também para os(as) técnico-administrativos em educação e

seu corpo docente. Todos aprendem nessa construção coletiva em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Antes, porém, de visitar algumas contribuições da Extensão para a promoção da igualdade no ambiente universitário, faz-se necessário apresentar alguns marcos legais⁶, no âmbito da UFSM, para pensar sobre a inclusão. Eles nos ajudaram a implantar ações que podem ser consideradas afirmativas e reparadoras dentro do ambiente acadêmico. Muitas vezes, é por força de lei que conseguimos mudar atitudes, comportamentos e ações que impactam nosso cotidiano. Na universidade, por vezes, não é diferente, então precisamos recorrer às leis para provocar essas mudanças, que são tão urgentes.

É importante que as leis nos amparem – e também nos provoquem, fazendo com que as mudanças avancem de uma maneira mais célere. Mas elas não dispensam a importância de movimentos sociais, dessa escuta e desse diálogo com os movimentos sociais, que a universidade deve fazer de modo permanente.

O diálogo horizontal fortalece as lutas que enfrentamos para romper padrões hegemônicos normativos que, em muitos casos, são excludentes e que se refletem nas universidades. Como exemplos dessa cooperação entre os movimentos sociais e a transformação da legislação, temos a Lei 12.711/2012, que cria cotas nas universidades federais, e a Lei 12.990/2014, que reserva, nos concursos públicos, para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, 20% de vagas para negros(as).

Em nossa universidade, tivemos a implementação de uma Política de Ações Afirmativas e de Inclusão Racial e Social antes que uma lei federal determinasse. Isso foi motivado, em grande medida, pela criação do AFIRME - *Observatório de Ações Afirmativas para Acesso e Permanência nas Universidades*

6 Agradeço ao colega Vitor de Carli Lopes pelo levamento inicial.

Públicas da América do Sul, que integra professores(as), técnico-administrativos em educação e estudantes em prol de uma universidade mais plural.

Mesmo assim, não foi uma tarefa fácil, no âmbito dos Conselhos da Universidade, a aprovação da Política de Cotas e de Inclusão. Ela foi uma conquista duramente conseguida pela sociedade e pelos movimentos sociais, diferentemente do que aconteceu na década de 1980, nessa mesma universidade. Na época, havia a *Lei do Boi*, um acesso diferenciado para os filhos de fazendeiros que ingressavam na universidade e aos cursos da área rural. É interessante notar que não existia uma controvérsia com isso. Mas, como tivemos uma reviravolta nessa proposição e oportunizamos um acesso diferenciado na forma de políticas afirmativas e políticas reparadoras, para grupos minoritários acessar a universidade, houve repercussão e combate.

Em 2016, a UFSM dá mais um passo e implanta uma resolução que prevê o ingresso de imigrantes e de refugiados através de um edital próprio. Esse documento criou cotas extras para poder receber, dentro da universidade, as pessoas que chegam ao nosso país por motivos de deslocamento forçado. Elas trazem uma pluralidade maior, uma diversidade e uma formação diferenciada para toda comunidade acadêmica, especialmente através da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que faz desde o acolhimento até o acompanhamento dos migrantes.

Também há uma resolução específica que trata do acesso da população indígena aos cursos superiores da universidade. No mesmo ano, tivemos a criação da Coordenadoria de Ações Educacionais, composta por três grandes núcleos: o Núcleo de Ações Afirmativas Sociais, Étnico-Raciais e Indígenas; o Núcleo de Acessibilidade; e o Núcleo de Apoio à Aprendizagem. Cabe ressaltar que esse conjunto de atuação da coordenadoria associada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, oferecem condições de permanência desses(as) estudantes na UFSM.

Em 2018, a Extensão dá um novo fôlego aos debates e às ações de redução das desigualdades. Neste ano, temos a criação do Observatório de Direitos Humanos (ODH), que funcionava como um projeto estratégico e que, em 2020, tornou-se uma subdivisão vinculada à Coordenadoria de Desenvolvimento Regional e Cidadania da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM. O Observatório de Direitos Humanos, dentre suas diversas atuações, anualmente, promove um edital de fomento às ações de Extensão que trabalham com Direitos Humanos, como a população negra, os povos indígenas, as pessoas em situação de privação de liberdade, os grupos voltados à infância e à juventude, dentre outros.

Entre as ações apoiadas pelo ODH, temos o projeto Protagonismo Negro, que é vinculado à produção de um programa de rádio com temas relativos à negritude. Toda a sua produção é feita por estudantes negros(as), discutindo com a sociedade pautas importantes. Também temos o GT Negros, um grupo de trabalho que promove discussões com temáticas étnico-raciais e ações de conscientização no âmbito da universidade, em parceria com o Movimento Social Negro de Santa Maria (RS).

Um dos projetos financiados pelo edital de fomento aos Direitos Humanos é o Resgate do carnaval através do tripé: educação, cultura e direitos humanos, que trabalha em parceria com escolas de samba localizadas em áreas de vulnerabilidade social e econômica de Santa Maria, utilizando aquele espaço da escola, um lugar simbólico da comunidade, para oferecer formações diferenciadas, qualificando esses indivíduos na busca de trabalho.

Também é promovido, desde 2018, o Mês da Consciência Negra, que procura potencializar as diversas pautas do movimento negro, em especial através dos(as) estudantes da UFSM. Como os movimentos, em si, são grupos bastante diversos nas suas demandas, é muito importante conseguir via-

bilizar esse espaço de novembro para dar mais impacto e projeção à luta. Para tanto, no Centro de Convenções⁷ da UFSM, são realizadas atividades acadêmico-culturais que trazem o protagonismo de grupos sociais vulnerabilizados para palco, destacando e valorizando as suas expressões artísticas. Para reconhecer pessoas que tenham atuação representativa e inspiradora, a partir de 2018, outorgamos o título de Patrono/Patronesse do Mês da Consciência Negra da UFSM. No primeiro ano, reconhecemos a Profa. Maria Rita Py; em 2019, a Profa. Sandra de Deus; em 2020, o ator Flávio Bauraqui; em 2021, a Profa. Giane Vargas Escobar.

É do ano de 2021 outro grande avanço conquistado. Trata-se da aprovação da Política de Igualdade de Gênero da UFSM, construída democraticamente e referendada pelos Conselhos Superiores.

Essas ações têm um papel bastante importante, porque remetem ao pertencimento e ao orgulho de sua identidade por parte dos grupos sociais. Quando temos a nossa identidade fortalecida, temos a autoestima igualmente valorizada. Poder desenvolver ações que valorizem e que tenham visibilidade aos(as) nossos(as) estudantes, comprometidas com as agendas dos grupos minorizados, ajudam a deixar essas lutas mais visíveis, com mais acesso à população, possibilitando que, pela partilha, essas pautas possam, quiçá, serem entendidas e apoiadas por toda a população.

Através da Extensão, dois grandes eixos de fomento e articulação ao empreendedorismo são incentivados: um é o Movimento das Empresas Juniores, que são associações civis, geridas por estudantes matriculados(as) nos cursos de graduação e com um viés educacional-prático; o segundo eixo dá-se pela Incubadora Social, que desempenha um papel de fortalecimento e de incu-

7 Maior Teatro do interior do Rio Grande do Sul, com mais de 6,8 mil m² de área construída, inaugurado em 2017.

bação de organizações de economia solidária e grupos sociais localizados nas regiões de abrangência da UFSM.

Na Pró-Reitoria de Extensão UFSM, as Empresas Juniores – EJs têm um lugar de destaque, porque entendemos que temos que trabalhar, dentro da Extensão, com duas perspectivas: uma social e outra tecnológica. O empreendedorismo⁸ tem esse caráter de conexão entre essas duas perspectivas, embora foquemos nos negócios sociais de impacto, pois são importantes na luta pela redução das desigualdades no nosso país - e, nesse sentido, as EJs contribuem muito nessa caminhada, trabalhando em diversas frentes e com parcerias diferenciadas.

É oportuno ressaltar que a formação profissional dos(as) estudantes não se dá, exclusivamente, em sala de aula ou cursando as disciplinas obrigatórias e eletivas dos currículos. Apesar de existir uma flexibilidade muito maior, hoje, com relação às escolhas dos(as) estudantes sobre como e o que gostariam de estudar nas graduações, é preciso ampliar nossa forma de conceber as formações, propondo ações extra sala de aula. Isso possibilita o confronto com uma série de problemas reais, que aproximam muito mais o fazer profissional - essa aproximação, é claro, dá-se de modo orientado, no que diz respeito à Extensão.

São essas experiências que engrandecem a formação e que proporcionam uma visão muito mais global, retirando os(as) acadêmicos(as) daquele lugar comum que estão habituados. Como consequência, isso contribui, e muito, na solução de problemas que serão encontrados no seu dia a dia do trabalho.

A experiência prática, proporcionada pelas Empresas Juniores, permite ao(à) discente atuar em frentes multidisciplinares.

8 Segundo Ranking das Universidades Empreendedoras (RUE), em 2021, a UFSM foi a quinta universidade brasileira que mais promoveu a cultura empreendedora na comunidade acadêmica. Em 2019, a UFSM alcançou a nona colocação no ranking geral.

nares, conhecendo os saberes de outros campos do conhecimento. Apesar de nossa formação ser direcionada, começamos a entender as outras áreas, o que elas desenvolvem e como podem atuar de forma complementar ao que pretendemos. Isso gera uma melhor preparação para o mercado de trabalho e para atuar como agentes de transformação social. Se, até pouco tempo atrás, a Extensão era encarada pelo seu viés assistencialista, hoje essa visão foi ultrapassada. Afinal, a Extensão precisa ser transformadora tanto para as comunidades como para os(as) que fazem a Extensão. Além da formação profissional, existe uma formação cidadã, e precisamos, cada vez mais, de empresários(as) e empreendedores(as) comprometidos(as) com a sociedade.

As universidades podem e devem contribuir para o desenvolvimento da capacidade empreendedora desde o ensino acadêmico até o estabelecimento de parcerias externas. Um dos desafios que essa discussão enfrenta é uma visão deturpada, que a própria universidade tem, sobre o que é empreendedorismo. Como se ele estivesse única e exclusivamente a serviço do capital, o que pode gerar, para alguns, uma visão imoral e antiética dessa prática. Devemos, entretanto, pensar em um empreendedorismo capaz de reduzir as desigualdades sociais e econômicas do Brasil, que também seja capaz de se adaptar às mudanças que virão e que tenha um caráter de base social, visando à legitimação e à consolidação de grupos e movimentos sociais.

Essa questão retorna como uma crítica construtiva ao movimento das Empresas Juniores que estão vinculadas às ações de Extensão com caráter empreendedor. Ainda falta o estabelecimento de critérios de inclusão nas atividades das empresas. Existe um agendamento muito específico da arrecadação financeira como um dos principais balizadores

das atividades das EJs. Isso é importante, pois precisamos de empresas com capacidade de arrecadação e que promovam investimentos no formato de políticas públicas. Mas não podemos deixar de lado um trabalho mais cidadão, que envolva aspectos de um balanço social, por exemplo. Quem sabe, assim, podemos ter mais empresários(as) conscientes do seu papel social e realmente mais responsáveis com o progresso do país e dos(as) brasileiros(as).



Comunicação e Cultura

áreas pulsantes da Extensão

Um dos grandes desafios da Extensão Universitária é o seu processo de inserção social em consonância com os valores e com as necessidades das comunidades. Para pensar em ações que consigam, efetivamente, realizar a articulação entre os saberes populares e científicos, aportes das áreas de Comunicação e da Cultura podem ser facilitadores e amplificadores de horizontes. Por meio da integração das distintas áreas extensionistas, universidade e sociedade podem realizar um diálogo mais profícuo e duradouro.

A primeira afirmação que precisamos fazer, antes de pensar as contribuições da Extensão para a área cultural, é que a cultura constitui-se como um direito de todos(as), assegurado pela Constituição Federal de 1988, no Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção II – Da cultura, Artigos de n.º 215 e 216. Outro ponto que queremos ressaltar é pensar, refletir e debater como as políticas de comunicação corroboram na implementação da Lei de Acesso à Informação (n.º 12.527/2011), especialmente quando relacionadas aos grupos em situação de vulnerabilidade social ou econômica.

Feitos esses registros, destaco que a via da Extensão Universitária, em especial nas áreas temáticas de Comunicação e de Cultura, é a forma pela qual podemos estimular ações que ampliam a capacidade de subjetivação, de criação artística e de interpretação da realidade. Neste sentido, a promoção da cultura e a democratização do seu acesso possibilitam ir além e contribuem para o aprofundamento da democracia e do convívio produtivo das diferenças (sejam de gênero, de orientação sexual, de deficiência, de religião ou étnico-raciais). A Extensão, em sua grandeza, contribui para a superação dos problemas sociais; para a inclusão de grupos marginalizados; para o desenvolvimento de meios e processos de produção colaborativos, inovação e compartilhamento de conhecimento; e para a ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação por meio da cultura, da arte e da comunicação.

Uma das premissas fundamentais para avançar é compreender que as políticas públicas de cultura, de comunicação e, também, de identidade devem ser elaboradas em consonância com pesquisas acadêmicas socialmente referenciadas. Ainda, é preciso inserir, por meio da Extensão, as universidades nas comunidades, respeitando os saberes e os fazeres populares. Aqui, cabe a ressalva de que o capitalismo, associado à política neoliberal, tem se colocado como guia balizadora das políticas públicas e sociais. Neste sentido, valer-se da Extensão Universitária e da pesquisa socialmente referenciada, na construção de políticas públicas de Estado, permite que os grupos, em especial os minoritários, concatenados aos movimentos sociais, tenham força para evocar a temática da inclusão, por meio daquilo que se nomeia políticas “de ações afirmativas” ou “reparadoras”, resistindo, assim, ao poder hegemônico imputado por lógicas capitalistas excludentes.

Tenho a convicção de que os preceitos de cidadania cultural e do empoderamento através da cultura dão condições para o enfrentamento de diversas formas de opressão, por meio do diálogo, do ouvir o outro e do afeto, tanto nas relações de gênero quanto geracionais, sexuais, religiosas e étnicas. Cabe ressaltar que, na Extensão, dialogamos com aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social ou econômica, caracterizados pelas definições das políticas públicas inclusivas, e também com os gestores públicos e o setor privado.

No que diz respeito à cultura, são diversas as formas através das quais se pode explorar temas sensíveis à sociedade, seja pelas artes visuais, pela dança, pela música ou pelo teatro. Mas é preciso ter, em todas elas, uma perspectiva basilar de comunicação sensível, que dê conta dos laços de afeto, que exibem encontros e desencontros, visibilidades e invisibilidades, existências e apagamentos, amor e subserviência, normalização e

desajustamentos, que integram a complexidade do tecido social. Pode-se criar sensações de chegada, de partida, de pertencimento e de deslocamento, individuais e coletivas, inclusivas e marginais. Embora entendamos que a vida vivida é muito mais complexa e dinâmica do que binarismos e dualidades sejam capazes de expressar, a Extensão Universitária aporta condições para um mundo mais justo, mais fraterno e mais igualitário.

Internamente, na UFSM, a Cultura é uma das áreas temáticas com maior abrangência territorial, isto é, as ações excedem as fronteiras do Rio Grande do Sul. A ideia de poder fazer com que essa circulação cultural aconteça para além do estado contribui para a democratização do acesso à arte e à cultura. Isso ainda é alavancado pela Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM). Mesmo que não oficializada, existe uma proposta em curso para a criação de um corredor cultural, possibilitando que as ações promovidas por artistas que integram as universidades circulem para diferentes públicos, tendo como referência as instituições e os seus territórios de atuação.

A Extensão Universitária, por fim, aporta, na formação de sujeitos e na inclusão social - por meio da comunicação, da cultura e da arte, contribuições fundamentais para transformar a sociedade em polo de produção e de circulação da cultura. Neste sentido, a Extensão busca incluir as expressões culturais populares, indígenas e afro-brasileiras dos povos, dos grupos sociais e das comunidades que compõem a nossa diversidade cultural, a partir da interlocução e da atuação junto às comunidades ou aos grupos vulneráveis (social ou economicamente) da sua região de abrangência. Por isso, a dimensão formativa da Extensão deve estar em consonância com as políticas de ações afirmativas e reparadoras, valorizando ações e conceitos que promovam a diversidade cultural e a atuação dos(as) estudantes em suas localidades, além de fomentar tanto sua criação

quanto sua produção artística e cultural, e, sobretudo, sua participação social e cidadania cultural.

Valorizar os patrimônios culturais é fundamental para a criação de uma identidade regional e para o enaltecimento das tradições de um povo. A partir das propostas de Geoparque Quarta Colônia e Caçapava Aspirantes UNESCO, coordenados pela Pró-Reitoria de Extensão, a UFSM busca fomentar atividades que promovam a cultura local e incentivem o reconhecimento dos(as) cidadãos(ãs) com o território habitado. Nesta subseção, focamos no da Quarta Colônia.

A Extensão Universitária qualificada estimula a disseminação do patrimônio cultural e do imaginário, que fortalecem e consolidam a dimensão subjetiva das políticas públicas, conectando, ainda, uma perspectiva de qualidade de vida no espaço rural e urbano para grupos, comunidades e sujeitos que participam das ações. Hall (1996, p. 6, tradução livre) entende que as “[...] identidades são, então, pontos de vinculação temporária às posições dos objetos que as práticas discursivas constroem para nós”. Elas são construídas a partir de imagens que elaboramos de nós mesmos em relação a alguém - e é por esta via que a Extensão, relacionada com o patrimônio, pode atuar, auxiliando no processo de formação, vinculação e ressignificação de identidades por meio do reconhecimento das simbologias presentes nos patrimônios, sejam eles culturais, sejam eles naturais.

A questão patrimonial ajuda a fortalecer os vínculos entre os próprios indivíduos e o local onde vivem. Para Davallon (2014, p.14), trata-se de um processo “[...] pelo qual um coletivo reconhece o *status* de patrimônio a objetos materiais ou imateriais, de tal maneira que esse coletivo se torna herdeiro de quem os produziu e, como tal, tem a obrigação de os guardar a fim de transmiti-lo⁹”. Valorizar

9 No original, em francês: “par lequel un collectif reconnaît le statut de patrimoine à des objets matériels ou immatériels, de sorte que ce collectif se trouve devenir l’héritier de ceux qui les ont produits et qu’à ce titre il a l’obligation de les garder afin de les transmettre”.

os elementos que constituem o seu local de origem auxilia na construção de significados e, principalmente, no processo de pertencimento e de vinculação.

Os patrimônios auxiliam na formação da identidade de um coletivo, valorizando e preservando a diversidade, além de fortalecerem e reforçarem o sentimento de pertença ao território. Despertar os elementos positivos e a sua preservação também é, portanto, um modo de construir e fortalecer uma identidade. Cabe, então, buscar estratégias aliadas à Extensão Universitária que propiciem a conservação de nossos patrimônios cultural e natural, além de destacar e promover origens e vinculações em comum, como o povo, a geografia, a cultura, a história, a memória, a língua, entre outros. Valorizar a territorialidade e as culturas locais estimula e fortalece os vínculos de pertencimento na e da comunidade, assim como corrobora para fortalecer o cuidado dos sujeitos com os lugares nos quais moram.

Indo além, os aspectos mencionados ratificam o envolvimento e a participação colaborativa dos indivíduos com os seus territórios (localidades), fortalecendo o direito à cidade para todos os grupos e, por consequência, à própria municipalidade, além de um processo de desenvolvimento sustentável, possivelmente, mais equilibrado.

No que se refere à educação patrimonial e à valorização das identidades locais e regionais, podemos exemplificar o papel que uma universidade pode exercer no âmbito da Extensão através do programa educativo do Geoparque Aspirante Quarta Colônia, sistematizado e coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão UFSM. O programa é composto por um conjunto expressivo de ações, que têm como objetivo valorizar o patrimônio (natural e cultural), a fim de fortalecer as identidades e seu sentimento de pertença ao território, estimulando o exercício cidadão de direito à cidade e aos territórios.

A ação apresentada tem origem em atividades que são anteriores e dizem respeito à própria fundação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia – Condesus, às prefeituras da região, a museus e escolas e seus vínculos com as instituições de ensino superior que atuam no território, em especial à UFSM. O programa em si teve origem em 2018, com uma série de atividades voltadas à formação de professores(as) em Educação Patrimonial. Esta ação ganhou seus principais contornos a partir de sensibilizações para professores(as) da rede básica de ensino da Quarta Colônia, sobre conceitos como os de geoparque e educação patrimonial (cultural e natural). Dentre algumas frentes de trabalho, cabe destacar seis, que estão diretamente relacionadas à nossa discussão.

A primeira é a de fomento à Extensão na área temática de educação. Trata-se, aqui, de incentivo estrutural e financeiro para o desenvolvimento de atividades extensionistas na região do Geoparque Aspirante Quarta Colônia, como pagamento de bolsas de Extensão a estudantes, apoio logístico para as atividades, subsídios para produção gráfica e recursos em materiais de consumo. As propostas submetidas ao edital Geoparque Quarta Colônia da UFSM preveem, na modalidade Educação, ações que visem a sensibilizar a comunidade para a conservação da natureza e as suas relações com outros aspectos do patrimônio natural e cultural, além da formação/capacitação para as comunidades locais e/ou públicos específicos e da elaboração de materiais ou de conteúdo para materiais didáticos e informativos. Já foram desenvolvidas 39 ações de Extensão sobre o tema, entre 2019 e 2021, em parceria com as escolas da região, sendo 8 em 2019; 17 em 2020; e 14 em 2021. Ao todo, foram investidos, no referido período, mais de R\$ 400 mil, via ações de Extensão da UFSM, na região.

A segunda frente de trabalho foca na Educação Patrimonial em eventos de formação. Neste eixo, as ações orientam-se para dois públicos principais: docentes dos municípios que integram o Geoparque Aspirante Quarta Colônia e gestores(as) públicos(as) do território. Para o primeiro grupo, é realizada a Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores(as) em Educação Patrimonial, da qual participam professores(as) da rede básica de educação dos nove municípios que integram a Quarta Colônia. O evento é articulado junto às Secretarias de Educação dos municípios e à Comissão de Educação, Cultura e Comunicação do Comitê Gestor Geoparque Quarta Colônia. A definição das temáticas de cada edição da jornada é feita em parceria entre universidade e participantes. Para os(as) gestores(as) públicos(as), desenvolvem-se eventos temáticos que articulam o tema da preservação à gestão administrativa e à dinâmica territorial.

Foram realizadas duas edições da Jornada Interdisciplinar de Formação de Professores(as) em Educação Patrimonial no ano de 2020¹⁰, sendo a primeira presencial, com 210 participantes, e a segunda de modo remoto, com 460 participantes e mais de 12 mil visualizações das palestras no YouTube. As conferências foram ministradas por docentes da UFSM, credenciados a diversos Programas de Pós-Graduação da Instituição, e por convidados, de renome internacional, que atuam na área. Os principais temas abordados foram paleontologia; geoecologia; arqueologia; história e cultura; língua e memória; identidades; sociobiodiversidade; patrimônio; e dinâmicas territoriais. Ainda, em convergência com este público, enquadram-se os eventos de qualificação, dos quais a UFSM participa ativamente na capacitação de professores(as), promovidos pelos municípios, dando ênfase aos propósitos educacionais de um Geoparque. No que

10 No ano de 2021, foi realizada a terceira edição da jornada.

diz respeito aos(às) gestores(as) públicos(as), as palestras formativas foram ministradas no Seminário de Prefeitos e Secretários(as), promovido anualmente pelo Condesus.

Os eventos regulares de Educação Patrimonial constituem a terceira frente de trabalho. Nela, objetiva-se a realização de eventos pontuais e continuados, abordando, de forma lúdica, criativa e/ou informativa, assuntos relacionados à educação patrimonial. Dirigido ao público infantil, adolescente e jovem do território, um dos principais propósitos é incentivar o senso de pertencimento através do reconhecimento do patrimônio natural e cultural, além de despertar o direito à cidade/ao território. O “Paleodia”, que ocorre em alusão ao Dia da Criança desde o ano de 2017, alia diversão e aprendizado sobre paleontologia, aguçando o interesse, nas crianças, para a valorização e preservação de seus patrimônios. Realizado no Centro de Apoio à Pesquisa Paleontológica (CAPPa), o evento conta com mostra paleontológica; Cinessauro; oficinas de desenho, escultura e vivência com informações sobre animais peçonhentos; trilhas; caça ao fóssil; “Olha o Passarinho” - ação que estimula o conhecimento sobre as aves da região a partir de experiências sensoriais das crianças; arco e flecha; observação noturna do céu; gastronomia da Quarta Colônia; entre outras atividades.

Na quarta frente de trabalho, está o desenvolvimento de ações de educação no centro interpretativo e nas mostras museológicas para o público em geral. Consideramos o CAPPa como Centro Interpretativo Geopatrimonial do Geoparque Aspirante Quarta Colônia, pois, além da pesquisa altamente qualificada em paleontologia, com repercussão internacional, há um espaço dedicado à visitação e mostra de sua coleção, que remete aos fósseis encontrados no território. Além do CAPPa, existem mais de 10 museus ou espaços museológicos no território, que abordam assuntos diversos, com destaque

para a memória das imigrações italiana e alemã. Um exemplo relevante é o trabalho longo desenvolvido pelo Centro de Pesquisa Genealógica de Nova Palma (RS), que concentra um conjunto expressivo de documentação preservada acerca da migração italiana no território, e que integrará o Centro Cultural do município, otimizando as ações museológicas. A frente de trabalho integra o programa educativo por sua atuação educativa voltada ao público em geral, como espaço de aprendizado e interpretação de suas vertentes paleontológicas, arqueológicas, históricas, linguísticas, culturais, arquitetônicas, paisagísticas, naturais e geológicas.

Atualmente, há dois projetos do CAPPa em andamento: o primeiro para a criação de um ecomuseu, para exibição localizada das coleções no território do Geoparque Quarta Colônia; e o segundo para ampliação da área física do Centro e de seu paisagismo, tornando o espaço mais atrativo aos visitantes. Os dois projetos são considerados em íntima relação, visto que a melhoria dos espaços físicos do CAPPa permitirá reforçar a proposta descentralizada de visitação do patrimônio fossilífero da Quarta Colônia. Quanto aos museus e às mostras, destacam-se os esforços empreendidos nos municípios de Silveira Martins e de Nova Palma, que já contam com assessoria técnica especializada, por parte da UFSM, na área, para o tratamento adequado de suas coleções.

Na penúltima frente de trabalho, a número 5, as ações voltam-se para a qualificação acadêmico-profissional, por meio da educação *stricto sensu*. Aqui, visa-se a estimular e a ofertar a formação formal, no âmbito da pós-graduação, privilegiando a área de Educação Patrimonial, para docentes e profissionais dos municípios. Foram criadas vagas adicionais no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM para docentes da educação básica da Quarta Co-

lônia e para profissionais do território, a fim de aprimorar sua formação. Dado o caráter profissional do PPG, ao concluir a dissertação, o(a) estudante tem o compromisso de apresentar um produto que possa ser desenvolvido junto ao território, tendo por premissa a Educação Patrimonial. Desde 2019, são ofertadas vagas extras no processo de seleção ao mestrado, na área temática de Arquitetura e Patrimônio Material e suas linhas (Preservação do Patrimônio Material e Gestão Patrimonial) e na área temática de História e Patrimônio Cultural e suas linhas (História e Patrimônio Cultural e Patrimônio Documental Arquivístico).

A última frente é a de curricularização da educação patrimonial e geoparques, cujo propósito é inserir a temática no processo formativo de crianças, jovens e adultos, estimulando o cuidado, a preservação e a valorização dos bens patrimoniais do território articulado ao Geoparque. A frente trabalha em duas linhas: uma voltada para estudantes das escolas públicas da rede básica de educação, com a criação de uma disciplina sobre Educação Patrimonial, a ser incluída nos currículos escolares do ensino fundamental da Quarta Colônia; e outra no âmbito da Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM, concernente à criação e à oferta de uma disciplina que promova a discussão e dê subsídios à elaboração de dissertações sobre o tema. A iniciativa partiu da Secretaria de Educação do Município de São João do Polêsine (RS), motivando uma série de reuniões em conjunto com as demais Secretarias de Educação. No que tange à pós-graduação, foram criadas e oferecidas, no referido PPG, as disciplinas *Geoparques: identidade, território e desenvolvimento* e *História e Pré-História da Quarta Colônia*.

Como programa educativo na área de educação patrimonial, em que se imbricam tantas outras áreas temáticas da Ex-

tensão - como Cultura, Comunicação e Educação, há sempre margem para avançar, aperfeiçoar, mas com muita atenção e respeito à interlocução com os diferentes atores sociais.

A Comunicação, para além de uma mirada tecnicista, oferece aportes fundamentais para o avanço extensionista e para o desenvolvimento regional sustentável. Por meio de práticas que congregam processos comunicacionais, cultura e sociedade, é possibilitado, à universidade, inserir-se nas comunidades, respeitando os valores ali imbricados, e fortalecer seus laços sociais.

Williams (2011) foi um dos intelectuais que chamou a atenção para a conexão entre os meios de comunicação e para o processo de transmissão de informações. Para ele, os conteúdos midiáticos são portadores de significações. Os meios de comunicação e seus textos carregam sentidos e revelam significados culturais que têm relação com todo processo comunicativo, influenciando no âmbito da produção, da circulação, da recepção e da interpretação desses conteúdos. O processo comunicativo, então, exerce um papel fundamental na circulação e assimilação do que está instituído na sociedade.

A partir do momento que tomamos consciência de que nossa cultura é influenciada por estratégias de poder e de que a comunicação é parte atuante desse processo, podemos fazer uma leitura crítica da mídia e exercitar o ato de questionar as representações, pois elas sempre trazem consigo processos de silenciamentos e apagamentos em seus discursos. A mídia nos auxilia no processo de mediação da nossa experiência vivida. É a partir dela que fazemos trocas e tomamos conhecimento de diversas situações que, em um primeiro momento, não estão a nosso alcance.

Para França e Simões (2017), a comunicação deve ser pensada como parte atuante da cultura. Esta perspectiva possibilita aos indivíduos acionarem elementos capazes de gerarem identificações no interior dos discursos midiáticos e das represen-

tações. A Extensão Universitária, na área temática da Comunicação, contribui para que os sujeitos possam fazer uma leitura crítica da realidade social, além de promover a consciência de seus direitos e caminhar para o protagonismo social.

Embora a comunicação, não raras vezes, seja encarada de maneira tecnicista, através de diversos eixos (como a produção, emissão, circulação e recepção de mensagens), ela também pode ser vista sob um viés sociológico e cultural, entendendo-a como um importante processo de socialização. Compreendemos que a comunicação seja fundamental no estabelecimento de vínculos não somente entre os indivíduos, mas também entre eles e o local onde vivem, tendo a capacidade de estabelecer conexões e gerar um passado em comum, inclusive trazendo elementos que possam ter sido apagados e/ou selecionados por decorrência do tempo.

A comunicação, ainda, contribui em impactos sociais e culturais positivos, seja no aprimoramento das gestões, da transparência, da governança, da cidadania e do desenvolvimento social, seja para a formulação de políticas culturais, de preservação e de disseminação do patrimônio cultural, papel que pode desempenhar, trazendo aportes fundamentais. Do mesmo modo, corrobora no enfrentamento às desigualdades, aciona e fortalece princípios democráticos, como diversidade, tolerância, liberdade de expressão e participação cidadã, ao pautar as identidades, além de, junto da cultura, constituir-se como direito constitucional brasileiro.

Assim, as associações entre comunicação, cultura e democracia trazem, em seu bojo, aspectos de responsabilidade, solidariedade e esperança, em boa medida acionados pelo sentimento de pertença, qualificando o debate e as ações que versam sobre a (des)construção e a atualização de identidades e modos de vida, ser e viver dos indivíduos e grupos sociais

sob um prisma pós-colonialista, apontando para discursos de ódio e de intolerância, que, não raras vezes, valem-se do argumento da liberdade de expressão para refutar a “[...] representação da diferença no discurso que denuncia a desigualdade” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 69). Conforme já disse Souza Santos (2009, p.18), “[...] temos o direito a ser iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Tensionar as áreas temáticas de Cultura e Comunicação possibilita vislumbrar novas possibilidades de atuação para a Extensão Universitária em nossa sociedade. Compreender como os sujeitos se relacionam, como mantêm seus vínculos e como se representam é fundamental para pensar estratégias de inserção social das universidades, respeitando valores, crenças, saberes e práticas comunitárias. A Extensão não deve ser um processo de imposição, como já foi reiterado em capítulos anteriores, mas um processo dialógico visando, sempre, à emancipação social e ao desenvolvimento regional sustentável. É por meio da articulação entre as diversas áreas extensionistas que isso acontece - neste sentido, os processos culturais e comunicacionais são imprescindíveis.



**Pautas emergentes e
indicadores de extensão**

discussões preliminares

Como avaliar a Extensão Universitária e os seus impactos sociais? Esse questionamento ainda desperta vários debates entre os(as) gestores(as) da Extensão. Como desafio, resta estabelecer metas que consigam abarcar a diversidade de um país continental como o Brasil. Embora importantes avanços nesta temática tenham sido alcançados, um longo caminho ainda precisa ser percorrido.

Nos últimos anos, conforme discorrido, a Extensão Universitária passou por um processo de qualificação e de avanço considerável. Importantes lutas extensionistas foram atendidas, como a curricularização e a atualização de sua legislação, mas ainda há muita discussão e trabalho a ser feito. Atualmente, as principais temáticas que devemos considerar são a internacionalização das nossas ações, a criação de um modelo latino-americano para a Extensão e a sua inserção nos cursos de pós-graduação. Valorizar a integração com profissionais da pesquisa e a tematização de questões sociais contribuem para o desenvolvimento social e, também, para o surgimento de novas frentes de estudo em nossas universidades.

É importante destacar que uma universidade é socialmente referenciada dentro do espaço em que ela atua, isto é, dentro de um território. Isso implica que, embora a maior parte das ações de Extensão realizadas por uma universidade estejam em âmbito local, contribuindo para o desenvolvimento local e regional, a promoção da Extensão para além dos territórios próximos contribui para o avanço nacional. Partilhar os conhecimentos em diferentes locais possibilita o crescimento conjunto das instituições e das comunidades, além de proporcionar uma visão mais ampla para os(as) estudantes de diferentes localidades.

Outro ponto importante, para trazer aspectos mais contemporâneos, é a aproximação da Extensão à Agenda 2030. A Agenda 2030 vislumbra pautas relevantes à população mundial, que devem ser acolhidas pelos países e pelas suas

instituições. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, quando acionado pela via da Extensão, podem auxiliar as universidades na promoção do desenvolvimento sustentável e otimizar os projetos performados pelas instituições, adotando suas proposições para balizar as ações. Na UFSM, constituiu-se um Grupo de Trabalho¹¹ para a promoção da Agenda 2030, responsável pelo planejamento de ações para difusão do documento dentro da instituição, além da (re)classificação dos projetos (Ensino, Pesquisa e Extensão), da produção de materiais gráficos e da realização de eventos com a temática, inclusive com *blitz* nas unidades de ensino.

Aliados a essas discussões, avanços também precisam ser projetados para as próximas décadas. Um dos pontos que é preciso destacar concerne ao processo de escuta e de interlocução com a sociedade. Na UFSM, podemos citar o Fórum Regional Permanente de Extensão e a plataforma de coleta de dados. Esses mecanismos têm por finalidade prospectar as demandas da sociedade de forma contínua, visando à definição de prioridades para elaboração de critérios de seleção de ações a serem contempladas com recursos do Fundo de Incentivo à Extensão. No ano de 2021, tivemos mais de 5 mil respostas coletadas via plataforma, que relaciona os ODS às áreas e linhas de Extensão. Além disso, temos procurado fomentar ações de Extensão regionais que tenham sido apontadas como prioritárias nos Planos Estratégicos dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES¹² dos campi em que atuamos, sendo eles: COREDE Jacuí Centro (UFSM Cachoeira do Sul), COREDE Médio Alto Uruguai (UFSM Frederico Westphala-

11 Constituído a partir da Pró-Reitoria de Extensão, cuja frente coube ao prof. Rudiney Soares Pereira, a quem agradeço.

12 Os COREDES foram criados pela Lei 10.283, de 17 de outubro de 1994, do Estado do Rio Grande do Sul, e constituem-se em um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que objetivem o desenvolvimento regional.

len), COREDE Rio da Várzea (UFSM Palmeira das Missões) e COREDE Central (UFSM Santa Maria).

Outra pauta que é preciso tensionar diz respeito à avaliação da prática extensionista em nossas instituições. A Política de Extensão nas universidades, cujo propósito é orientar e integrar as atividades extensionistas desenvolvidas na instituição, deve, além de colaborar para a construção de uma universidade de excelência e socialmente referenciada, estar ancorada nos: Planos de Desenvolvimento Institucional – PDI; Planos de Gestão; Planos da Unidade; e Projetos Pedagógicos dos Cursos, ao mesmo tempo que subsidia a construção deles. Para Schuch Júnior (1990, p.138), “[...] a extensão universitária, desempenhando a função de realimentação e enriquecimento das atividades de ensino e pesquisa, antes e acima de tudo, cumpre com a função viabilizadora da dimensão política dos objetivos institucionais”.

Mais do que um discurso acerca do tripé universitário ou do princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, ela deve estar presente nos documentos institucionais, orientando, na forma de diretrizes, o trabalho universitário, do mesmo modo que reforça a necessidade de a universidade atuar em conjunto e em prol da sociedade, como agente de transformação social.

Internamente, na UFSM, buscamos integrar as disposições da Política de Extensão ao PDI 2016-2026. Dessa forma, a prática extensionista está alinhada a quatro desafios do PDI, o que fortalece a Extensão em âmbito institucional. Nas disposições transitórias da nossa Política de Extensão, explicitamos a relação da Extensão de modo direto, com quatro grandes desafios assumidos pela universidade, sendo eles:

- apoiar, desenvolver e monitorar ações de Extensão que promovam uma educação inovadora e transformadora, visando a qualificar a formação acadêmica pela sua inserção nos cursos (curricularização da Extensão), para o Desafio 2, “Educação inovadora e transformadora com excelência acadêmica”;
- qualificar o processo de inclusão social, considerando o trabalho desenvolvido pelo Observatório de Direitos Humanos da UFSM, na parceria entre a Pró-Reitoria de Extensão e a Coordenadoria de Ações Educacionais, para o Desafio 3, “Inclusão social”;
- disponibilizar informações, induzir à inovação, ao empreendedorismo e à transferência de tecnologia, no âmbito dos PPGs, visando a ações de Extensão com inserção social e à integração com a sociedade e o mercado, para o Desafio 4, “Inovação, geração de conhecimento e transferência de tecnologia”;
- promover a qualificação e a inserção das ações de Extensão em consonância com as demandas da sociedade, para fomentar o desenvolvimento local, regional e nacional, para o Desafio 6, “Desenvolvimento local, regional e nacional”.

No que se refere à construção de indicadores de Extensão, o tema tem sido foco de um trabalho longo no âmbito do FORPROEX. Portanto há um acúmulo de discussões e trabalho do Fórum sobre os Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU) - a título de ilustração, cito a criação de um GT de Avaliação (maio/1999) e um GT Indicadores de Avaliação de Extensão (maio/2015 a maio/2017). No exercício da coordenação do FORPROEX Sul, pautamos a reunião de julho de 2019 sobre o assunto e ratificamos a necessidade

de uma base de dados de referência que fosse comum a todos. Entendemos que os indicadores possibilitam melhor alinhamento com PDIs e Planos de Gestão. No âmbito da pós-graduação, isso pode contribuir com a inserção social dos PPGs; e, na graduação, auxilia na inserção da Extensão de modo qualificado, propiciando uma formação contextualizada.

O GT do FORPROEX Nacional, responsável pela discussão, chegou em 52 indicadores, distribuídos em cinco dimensões de avaliação, que consideravam: a Política de Gestão (PG), com 13 indicadores; a Infraestrutura (Infra), com 8 indicadores; a Política Acadêmica (PA), com 9 indicadores; a Relação Universidade–Sociedade (RUS), com 13 indicadores; e a Produção acadêmica (Prod), com 9 indicadores. Neste grande esforço apresentado, tivemos um avanço qualitativo, contudo as dificuldades dadas ao grande número de indicadores, ao método de construção de cada indicador e às possibilidades de auditoria não viabilizaram sua implementação na plenitude. Ainda assim, o seu uso permite mensurar alguns resultados da Extensão; acompanhar a evolução histórica; comparar desempenho; e subsidiar a tomada de decisão. Diante disso, o FORPROEX Nacional decidiu, em 2018, por uma proposta que busca elencar 15 principais indicadores, conforme descrito a seguir.

No âmbito da Política de Gestão, definiu-se por:

- PG2: estrutura organizacional de suporte à Extensão Universitária;
- PG4: valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira;
- PG8: garantia de institucionalização da Extensão;
- PG11: recursos do orçamento anual público voltado para Extensão.

No que tange à Infraestrutura, optou-se por:

- Infra 2: estrutura de pessoal para gestão da Extensão;
- Infra 8: sistemas informatizados de apoio à Extensão.

No Plano Acadêmico:

- PA1: regulamentação de critérios para inclusão da Extensão nos currículos;
- PA6: proporção de estudantes de graduação envolvidos em Extensão;
- PA8: participação de docentes na Extensão.

Para mensurar a Relação Universidade–Sociedade:

- RUS 2: parcerias institucionais (convênios, contratos e acordos de cooperação);
- RUS 7: público alcançado por programas e projetos;
- RUS 8: público alcançado por cursos e eventos;
- RUS 10: ações de Extensão dirigidas às escolas públicas.

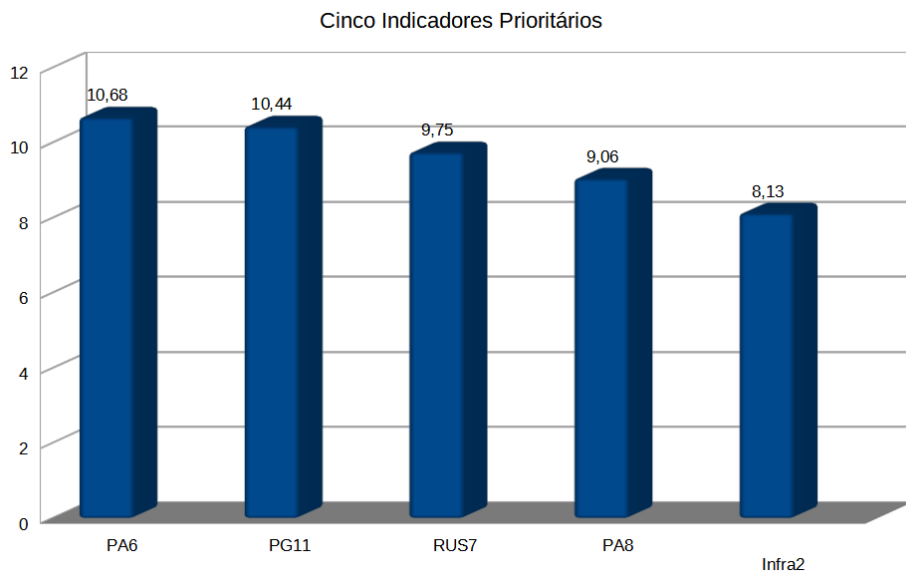
No que se refere à Produção acadêmica, elencou-se:

- Prod 1: ações de Extensão desenvolvidas em relação ao total de alunos na IES;
- Prod 4: publicação de artigos em periódicos com base em resultados da Extensão.

Na Regional Sul do Forproex, diante da tribulação de se implementar os indicadores, mesmo reduzindo de 52 para 15, sentimos a necessidade de hierarquizar os 10 mais importantes para cada instituição. Para isso, realizamos uma pesquisa¹³ junto aos representantes das instituições da Regional. Depois

13 O trabalho foi realizado em conjunto e teve o aporte fundamental da profa Débora Bobsin e da TAE. Alice Moro Neocatto.

deste primeiro ranqueamento, demos continuidade ao debate, para definirmos os principais indicadores, a fim de estabelecer um método comum para sua construção. Os 5 indicadores que prevaleceram à Regional Sul, naquele momento, estão expressos no gráfico a seguir.



Fonte: FORPROEX Sul (2018).

Contudo, para contemplarmos todas as dimensões, optamos pela seguinte definição:

PA 6: proporção de estudantes de graduação envolvidos em Extensão
PG 11: recursos do orçamento anual público voltados para Extensão
RUS 7: público alcançado por programas e projetos
PA8: participação de docentes na Extensão
INFRA 2: estrutura de pessoal para gestão da Extensão

As inferências apontaram que todos os indicadores são importantes e têm um sentido particular, mas a atitude de priorizarmos permite alcançarmos resultados conjuntos, embora seja uma área fértil, e que sempre tenhamos mais alguma sugestão a ser feita. Ainda, alguns dos indicadores servem para averiguar o status atual e apenas refletem sobre a existência de uma regulação ou de um procedimento interno, mas não permitem medir sua eficiência e eficácia. Por outro lado, precisamos considerar a dimensão qualitativa da avaliação e incluir indicadores que reflitam os impactos do acesso à cultura e à arte; dos direitos humanos e cultura da paz; da repercussão na mídia; entre outros. É fundamental melhorarmos o sistema de avaliação (parcial ou final) das ações de Extensão para podermos computar os resultados individuais, a exemplo do público alcançado e das publicações (efetivadas x submetidas). Ademais, é premente otimizarmos o sistema informatizado de apoio, para que também se otimize a tabulação dos resultados e se insira questões objetivas alinhadas aos indicadores da base comum.

Ao pensar sobre os indicadores, outras questões, igualmente importantes, emergem, tais como: será que deveríamos focar esforços na dimensão Relação Universidade–Sociedade? Como avaliar a integração (indissociabilidade) entre Ensino, Pesquisa e Extensão? Como articular, no âmbito de cada instituição, indicadores que possam estar alinhados com os PDIs e os Planos de Gestão? Como otimizar a elaboração dos indicadores com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030)?

O tema é rico e complexo. Diante disso, o FORPROEX Nacional, mais uma vez, em seu intuito de avançar, referendou nova comissão¹⁴, criada na instância da Andifes-COEX,

14 A comissão foi composta por: Olgamir Amancia Ferreira – UnB; Ana Lúvia de Souza Coimbra – UFJF; Tatiana Ribeiro Velloso – UFRB; Flavi Ferreira Lisboa Filho – UFSM; Maria Santana Ferreira dos Santos Milhomem – UFT; Leonardo José Steil – UFABC; Ana Inês Sousa – UFRJ; Nadege da Silva Dantas – UFCCG.

que, além de construir uma proposta que se valha do acúmulo já existente, passa a dialogar com o Tribunal de Contas da União – TCU para elaboração de um novo acórdão. A comissão leva a cabo seu trabalho, e são definidos cinco indicadores de Extensão, descritos na tabela a seguir, tal qual Relatório do Grupo constituído e apresentando ao coletivo do Fórum.

	Descrição	Objetivo	Dimensão de Desempenho / Subdimensão	Fórmula
PG	Recursos do orçamento anual público, na Ação 20GK, destinado à Extensão, em relação ao fomento às ações de Extensão.	Avaliar a proporcionalidade dos recursos recebidos do MEC, na Ação 20GK, destinados à Extensão, em relação ao total de ações de Extensão fomentadas.	Economicidade/Quantidade de recursos	<p>= Orçamento destinado exclusivamente para a Extensão (Ação 20GK)/N.º anual de ações de Extensão ativas - em andamento - fomentadas pela Pró-Reitoria de Extensão</p> <p>No numerador, incluir apenas o valor recebido do MEC na Ação 20GK e destinado à Extensão, ou seja, NÃO incluir valores recebidos de emendas parlamentares). No denominador, incluir o total de ações de Extensão contempladas pelo(s) edital(is) de fomento da Pró-Reitoria de Extensão.</p>

Infra	Estrutura de pessoal para gestão da Extensão.	Avaliar a proporcionalidade das ações de Extensão em relação ao quantitativo de servidores (técnico-administrativos) do quadro permanente da Pró-Reitoria de Extensão.	Eficiência/ Produtividade	<p>= N.º anual de ações de Extensão ativas (em andamento)/N.º de servidores técnico-administrativos permanentes e ativos lotados na Pró-Reitoria de Extensão ou similar</p> <p>No numerador, incluir todas as modalidades de ação de Extensão, ou seja, programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviço, desenvolvidas no ano.</p> <p>No denominador, NÃO incluir prestadores de serviço nem técnicos cedidos ou afastados por diversos motivos.</p>
PA	Proporção de estudantes de graduação envolvidos em Extensão.	Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de Extensão Universitária e o consequente empenho institucional.	Eficácia/ Cobertura	<p>= N.º de alunos da graduação envolvidos em ações de Extensão/ Número total de alunos (com matrícula ativa)</p> <p>No numerador, incluir o total de alunos de graduação (em regime presencial) envolvidos em ações de Extensão no ano.</p> <p>No denominador, incluir o total de alunos de graduação da IES (em regime presencial) com matrícula ativa no ano.</p>

RUS	Público diretamente alcançado por programas e projetos.	Identificar o alcance dos programas e projetos de Extensão junto à comunidade externa.	(1) Eficácia/ Cobertura Ou (2) Eficácia/ Quantidade ou Volume	<p>= N.º total de pessoas diretamente atendidas por programas e projetos de Extensão no ano/N.º total de programas e projetos ativos (em andamento) no ano</p> <p>No numerador, o total de público diretamente atendido pelos programas e projetos. Informação extraída dos relatórios.</p> <p>No denominador, o total de programas e projetos de Extensão registrados que estão ativos no ano.</p>
Prod	Ações de Extensão desenvolvidas em relação ao total de alunos da IES.	Avaliar o nível de oferta de vagas nas ações de Extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço), relativamente ao total de alunos de graduação da IES.	Eficiência/ Produtividade	<p>= N.º anual de ações de Extensão ativas (em andamento)/N.º total de alunos de graduação da IES</p> <p>No numerador, incluir todas as modalidades de ação de Extensão, ou seja, programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, desenvolvidas no ano.</p>

Diante dos indicadores apresentados, fica visível o avanço obtido, mas, ainda assim, evidencia-se a necessidade de dar prosseguimento ao debate, visto que o FORPROEX contempla os institutos federais e as universidades públicas federais, municipais e estaduais. Ter uma base de dados de referência comum ainda segue como um macro desafio da Extensão Universitária Brasileira. Entretanto cabe o registro do

quanto avançamos nos últimos anos, especialmente, depois da publicação das Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, no final de 2018.

Além da curricularização da Extensão nos cursos de graduação, a sua inserção nos cursos de pós-graduação é um dos horizontes para os(as) extensionistas. Apesar de ser uma discussão que ainda precisa tomar fôlego, alguns debates já estão sendo realizados, para a construção de um cenário que possibilite essa articulação.

Os desafios são grandes! Precisamos melhorar a divulgação das ações extensionistas; encontrar meios para que as ações de Extensão gerem incremento da pontuação referente à progressão ou à promoção carreira; incorporar a carga horária destinada a ações de Extensão à jornada de trabalho de técnicos-administrativos em educação; criar formas de premiação para destacar as ações com melhores resultados, para estimular outros extensionistas e reconhecer os extensionistas com trajetórias referendadas pela comunidade externa.

Devemos valorizar a Extensão, porque ela possibilita o acesso a outras formas de conhecimento; contribui no reconhecimento das reais demandas da sociedade que possam dar base para futuros problemas de pesquisa; auxilia na mudança de hábitos a partir da experiência prática; permite conhecer novos universos e compreender outras realidades; possibilita a interação, a troca de experiências e conhecimentos com a sociedade; inspira a atentarmos e defendermos os direitos humanos; incentiva a pensarmos no desenvolvimento sustentável do planeta; impulsiona novas possibilidades de desenvolvimento responsável, através da cultura, da educação e da conservação do patrimônio; acredita que todos os seres são importantes e merecem cuidado; viabiliza o debate de temáticas diversas e pautas de cunho social; e incentiva a fazermos diferença no mundo.

Talvez, uma das grandes contendas que se apresenta à Extensão Universitária seja a manutenção de “diálogos” com os diversos setores da sociedade, sejam privados, públicos ou, até mesmo, movimentos sociais. Mas, sem sombra de dúvidas, o principal desafio da Extensão está na formação cidadã e na emancipação dos sujeitos para uma sociedade mais justa e igualitária, associadas à conservação e à valorização dos patrimônios natural e cultural, gerando novas oportunidades de renda e fixação da população jovem nos territórios.

É fundamental propor estratégias para que a Extensão possa adentrar os currículos da pós-graduação no Brasil. Cada vez mais, somos cobrados pela realização de pesquisas que gerem impacto social. Nossos programas de pós-graduação são avaliados no quesito “inserção social”, que deve ser pertinente às definições do documento de cada área. Essa é uma relação profícua e precisa ser mais bem explorada. As Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Extensão precisam dialogar entre si e traçar um caminho conjunto, que poderá fortalecer tanto os PPGs quanto a própria Extensão Universitária. Na UFSM, já apontamos um caminho possível na Política de Extensão, contudo precisamos nos debruçar sobre os PPGs de excelência e estudar as formas pelas quais a Extensão se dá, para que possamos motivar outros(as) pesquisadores(as) a também se envolverem com a Extensão.

É uma discussão que não é nova, mas que precisa ganhar força. Ela é incipiente e está restrita a alguns programas e áreas disciplinares, que compreenderam a importância da inserção social através da Extensão. Um programa de excelência, geralmente, consegue atender bem a todos os critérios da CAPES. Um esforço que poderia ser feito, como norte, é o mapeamento de como se trata esse item de inserção social nas próprias universidades. Dentro da CAPES, a pontuação

varia muito, e cada área tem autonomia para decidir o que entende por isso. No meu entendimento, a primeira discussão deve ser institucional, “em casa”, e, depois, no âmbito do FORPROEX, que precisa fortalecer esse debate.



Extensão e covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS declarou que o mundo estava vivendo uma pandemia do novo coronavírus - covid-19. A doença, que se proliferou por todos os países do globo em menos de seis meses, levou as nações a adotarem uma série de medidas restritivas, a fim de frear e dificultar o contágio dos(as) cidadãos(ãs). Na UFSM, a suspensão das atividades presenciais em todas as instâncias, ocorrida no mesmo mês do anúncio da OMS, demandou que a Extensão Universitária se reinventasse e se posicionasse, mais do que nunca, ao lado da sociedade brasileira.

O ano de 2020 foi bastante desafiador para todos(as), especialmente para a Extensão. Tivemos que repensar o modo de desenvolver as nossas ações extensionistas não somente na prática, mas também em toda a sua estruturação. Essa mudança na lógica de desenvolvimento da Extensão ampliou a nossa forma de pensar e de realizar ações na sociedade, ensinando-nos que é preciso e, por vezes, necessário reinventar o que estamos habituados a fazer no dia a dia. A realidade virtual não fazia parte do nosso agendamento, da nossa rotina, especialmente a acadêmica. Quando fomos obrigados a transpor nossas atividades para o ambiente digital, aprendemos que o alcance promovido pelas redes digitais é muito maior e plural daquele presencial, exceto pela convivialidade.

Por um lado, isso trouxe benefícios expressivos para a prática extensionista e para o nosso modo de se relacionar com nossos pares, mas também nos imputou uma realidade bastante difícil de lidar, que foi a do distanciamento social. Somos seres sociáveis, isso é da nossa natureza e é algo fundamental no nosso cotidiano. Sentimos falta dos relacionamentos presenciais, ainda mais na prática da Extensão, que envolve diversos agentes na resolução de problemas sociais.

Se, em março de 2020, no começo da pandemia, não tínhamos muita percepção de como isso iria impactar o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, já sabíamos que essas áreas seriam

afetadas de maneiras diferentes. As primeiras medidas adotadas foram, naturalmente, mais rígidas, mas, com o avançar do ano, conseguimos flexibilizar alguns protocolos. Essa mudança atípica e brusca na nossa prática afetou a nossa forma de pensar, de agir e de se relacionar com os outros. Afinal, essa foi uma experiência que a nossa geração jamais teve contato. Não havia um acúmulo de aprendizados anteriores para lidar com os desafios da pandemia.

A questão que se sobressai desse cenário apresentado é como fazer a Extensão Universitária e o que é realmente possível de ser desenvolvido neste período em que não há mais o contato físico, característica fundamental da prática extensionista e da própria população brasileira. Não estávamos preparados para toda essa mediação tecnológica que nos foi imposta.

No primeiro período de suspensão das atividades presenciais, que na UFSM foi de duas semanas, prorrogado por mais quase dois anos, esteve envolta uma complexa avaliação dos protocolos e das medidas de segurança no Brasil. A nossa única experiência mais próxima foi em 2008, com a H1N1, em que alguns protocolos mais rígidos para o enfrentamento da doença tiveram que ser adotados, mas que logo foram vencidos, e o nosso habitual retornou.

Os protocolos adotados para a covid-19 foram mais rígidos e mais duradouros. A Extensão teve que resistir, reinventar e reaprender, para fazer o seu trabalho e as suas práticas, resistindo como e com os(as) cidadãos(ãs) brasileiros(as). Não bastasse a doença, esse período também foi bastante conturbado para as universidades públicas, que sofrem com ataques e cortes de orçamento há alguns anos. Mas todo esse contexto demonstrou, de forma bastante evidente para a sociedade, a capacidade de inovação, de resiliência e de respostas rápidas que nossas instituições são capazes de dar às adversidades.

A capacidade de inovar, não somente na Extensão, mas em vários âmbitos da nossa vida, talvez seja um dos poucos legados positivos que herdaremos desse período. Essa forma de repensar nossas relações, na forma de tratar o outro e de se comunicar serão algo permanente daqui para frente. As novas dinâmicas de trabalho mostraram que todas as pessoas têm um universo consigo, o que era ocultado no ambiente profissional. As novas formas de mediações extrapolaram o profissional, humanizando um pouco as próprias relações de trabalho, trazendo uma perspectiva de que, além das formalidades, há uma vida cotidiana que também precisa ser atendida em paralelo.

Um dos primeiros reflexos da pandemia na Extensão foi relativo ao processo de curricularização das atividades. Como já foi abordado no Capítulo 2, o prazo inicial para que todos os cursos de graduação do país tivessem 10% da sua carga horária dedicadas à prática extensionista era 2021. Através de uma portaria do Ministério da Educação (MEC), a nova data limite para a adaptação dos currículos passou para 2022. Isso era esperado, já que todo o universo acadêmico precisou se adaptar a uma série de outras questões, como o ensino remoto e a dificuldade de acesso de alunos(as) de baixa renda às tecnologias de informações.

Na UFSM, um dos principais projetos que teve a sua rotina e a sua atuação alterada foi o Geoparques, que, para nós, consiste em uma estratégia de desenvolvimento regional articulada que não poderia ser paralisada naquele momento. Desse modo, aliando-se às Empresas Juniores da Instituição, teve início uma série de consultorias online com empresas dos territórios nos quais as ações são desenvolvidas - o da Quarta Colônia e o de Caçapava do Sul. A consultoria não foi somente para empresas locais já estruturadas: diversos empreendimentos ali localizados, incluindo as empresas rurais e

as próprias fazendas, foram privilegiados. Mais adiante, uma série de outras ações se somou e deu continuidade ao trabalho, desde uma perspectiva remota, mas presente, como é o caso das ações de Educação Patrimonial em parceria com as escolas dos territórios atendidos. Isso referencia a universidade na sociedade, mostrando a importância das instituições públicas no desenvolvimento do país como um todo, e promovendo um importante avanço da Extensão empreendedora.

Somadas aos protocolos de saúde, é preciso destacar as respostas imediatas que as nossas universidades deram à sociedade. Tão logo as medidas sanitárias foram definidas, as instituições se empenharam em assegurar que toda a população teria acesso às formas de prevenção da doença, como máscaras e álcool em gel; ao atendimento em saúde; e às informações seguras através dos veículos de comunicação.

Uma dessas ações foi a produção de máscaras *face shield*, que são equipamentos complementares ao uso de máscaras cirúrgicas ou de tecido, voltados para a proteção do rosto e dos olhos. Esses equipamentos, bastante utilizados por profissionais com considerada exposição ao público, como profissionais da saúde e da segurança, foram doados aos órgãos públicos, uma vez que houve uma escassez de produtos no mercado - e esses(as) trabalhadores(as) estavam mais expostos devido às suas funções. Também houve a produção de álcool em gel, que apresentou um aumento de custo nos estabelecimentos, o que, de certa forma, restringia o acesso de boa parte da população. Essa resposta rápida possibilitou que os produtos fundamentais para o enfrentamento do novo coronavírus não faltassem nem para os(as) profissionais nem para a população menos favorecida.

Nessa mesma linha, as universidades também atuaram na produção de máscaras de tecido. Em um primeiro momento da pandemia, as máscaras de pano foram adotadas, em

todo o mundo, para evitar o desabastecimento de hospitais e de locais destinados ao atendimento de pacientes infectados pela covid-19. Além de serem doadas diretamente aos grupos sociais mais vulneráveis, essas máscaras foram instrumentos de troca importantes para a arrecadação de doativos, como alimentos e produtos de higiene. A cadeia que esse processo gerou foi fundamental para assegurar itens básicos e de proteção em vários lares do Brasil.

Atuando diretamente na linha de frente da pandemia, tivemos o trabalho dos hospitais universitários, que foram referência no atendimento de casos de covid-19 no país. Com o avanço da doença, a demanda de internações para tratamento intensivo aumentou assombrosamente. Através das instituições que mantêm esses hospitais com atendimento 100% pelo Sistema Único de Saúde – SUS, as populações de baixa renda ou sem recursos para acessar hospitais privados tiveram seu atendimento garantido. Além disso, como se tratava de uma doença nova e que causava muitas inquietações na população, foram criados canais de teleatendimento, fundamentais para sanar algumas dúvidas apresentadas e para encaminhar quem apresentava sintomas para o tratamento médico.

Através de parcerias entre a Comunicação e a Psicologia, tivemos ações importantes relacionadas à saúde mental. Uma das iniciativas extensionistas da UFSM sobre a temática foi uma ação que desenvolveu produtos de mídia em formato digital e radiofônico, para serem difundidos pelos veículos de comunicação do interior do Rio Grande do Sul. Foram mais de 50 rádios que participaram da atividade, levando informações sobre cuidados psicológicos em uma linguagem acessível e que proporcionava uma melhora da qualidade de vida durante a pandemia.

Na questão da economia, que também foi fortemente afetada pela pandemia, muitas universidades deram suporte de marketing, de planejamento estratégico e de desenvolvimento de estratégias de continuidade dos negócios, de forma gratuita. O suporte ofertado foi direcionado especialmente aos(as) micro e pequenos(as) empreendedores(as), que, de alguma forma, foram os(as) mais afetados(as) pela baixa circulação de pessoas em seus comércios e que dispunham de uma estrutura menor, o que dificultava a adaptação ao cenário desenhado.

Outro aspecto crucial durante a pandemia foi as estratégias de divulgação científica e de informações confiáveis para a população. Naquele momento, havia muitas informações em circulação, não apenas as verdadeiras e comprovadas, mas conteúdos forjados e que atrapalhavam no enfrentamento da doença. Valendo-se das redes sociais e dos veículos tradicionais de informação, como rádios, canais de televisão e material impresso, as universidades buscaram lançar luz nesse ambiente *infodêmico*, levando informações checadas e confiáveis à população. A popularização do conhecimento científico, apresentado de forma clara e de fácil compreensão, foi uma estratégia muito importante naquele momento, pois assegurava que as pessoas teriam conhecimento sobre a covid-19 e como se proteger dela.

As atividades culturais também estiveram no horizonte das adaptações na Extensão, não apenas como recurso para a promoção de conteúdos online, mas também como meio de fomento aos artistas locais nesse período. Com as medidas de distanciamento social em prática, a classe artística precisou reorganizar as suas atividades, e, o público, a sua forma de apreciar os conteúdos culturais. A Extensão, como já dispunha de uma estrutura de comunicação digital estabelecida desde antes da pandemia, cedeu esses

canais para que as expressões artísticas não parassem nesse período. Isso possibilitou uma amplificação dos públicos e um maior reconhecimento dos artistas locais e regionais, que puderam apresentar suas obras para pessoas que, antes, não tinham acesso a essas manifestações.

Ainda na cultura, tivemos a criação de galerias online para a exposição das obras de artistas visuais - e, na UFSM, a criação do projeto CC Palco Online¹⁵, em parceria com outros setores da universidade, para o fomento da cultura e para a promoção da arte. A ação reuniu artistas de diversas áreas, como a música, o teatro, a dança e o circo, em apresentações sem público, no palco do Centro de Convenções da instituição. Esses espetáculos eram apresentados ao vivo, através do YouTube da TV Campus UFSM, e, posteriormente, reprisados na TV Câmara, da Câmara de Vereadores de Santa Maria (RS). Uma iniciativa de grande impacto tanto para a sociedade quanto para os trabalhadores da cultura.

Essas iniciativas demandaram uma quantidade expressiva de recursos financeiros e de pessoas. Através de editais específicos, conseguimos manter estudantes vinculados às nossas instituições, com o pagamento de bolsas estudantis. Sabemos que, quando uma crise econômica avança, os(as) estudantes universitários(as) são alguns dos primeiros a sentirem os impactos. As bolsas que pagamos auxiliaram no aspecto financeiro, ao mesmo tempo em que continuaram trabalhando em prol da sociedade.

A pandemia nos mostrou que atuar de modo conjunto e articulado nos dá força para levar alento a quem precisa, assim como inspiração e ânimo para não recuar - e, ainda, deu margem para avançarmos ainda mais em pautas oportunas à sociedade.

¹⁵ Registro o importante trabalho capitaneado pela profª Vera Lucia Portinho Vianna, na área de cultura e arte da UFSM.

Para rematar, quero dizer que ficou muito evidente, durante o período de pandemia (2020-2021), o papel das universidades, em especial as públicas! Elas foram as instituições que acolheram a população, especialmente onde e quando as políticas públicas se omitiram. Para avançarmos como sociedade, precisamos tratar a educação com o status de bem público e fazermos Ensino, Extensão e Pesquisa qualificada. Precisamos trabalhar sempre imbuídos do espírito democrático, da ética, e de forma humanizada, com diálogo e estímulo à participação e à transparência. Queremos uma universidade autônoma, socialmente referenciada, comprometida com a cidadania, com a liberdade e com o respeito às diferenças.



**Protagonismo da
extensão UFSM 2018-2021**

A Pró-Reitoria de Extensão da UFSM foi criada em 1972, na reestruturação organizacional da instituição. Em 2018, assumimos a gestão da Pró-Reitoria de Extensão¹⁶. Nesse período, várias mudanças estruturais foram realizadas, amplificando e qualificando o trabalho desenvolvido pela UFSM nas mais de 150 cidades em que a instituição atua com ações de Extensão.

O período entre 2018 e 2021, na Pró-Reitoria de Extensão – PRE UFSM, foi desafiador, devido ao cenário político desenhado e à pandemia de covid-19. Ao mesmo tempo, foi um momento de importantes avanços na Extensão. Se, por um lado, tivemos que nos reinventar enquanto agentes universitários e sociais, promovendo estratégias de desenvolvimento regional mais diferenciadas, também é verdade, por outro lado, que vamos herdar ensinamentos e práticas inovadoras na caminhada extensionista. Com apoio da comunidade interna e externa, esses quatro anos abriram novos horizontes para a Extensão da UFSM e mostraram que a possibilidade de inserção das nossas universidades na sociedade é vasta e cada vez mais necessária.

Conseguimos construir, em conjunto com toda a nossa comunidade extensionista, uma Extensão cada vez mais conectada com as demandas da sociedade. Com um discurso coerente com suas práticas, a gestão da Reitoria da UFSM¹⁷ propiciou a valorização do fazer extensionista, aumentando consideravelmente o número de pessoas atuando nesta frente, assim como o valor investido nas ações voltadas à comunidade externa. Como exemplo, podemos citar que, entre 2018 e o início de 2021, o número de servidores atuando na

16 Em outro momento já disse que Extensão não se faz sozinho, muito menos sua gestão. Aqui quero registrar e agradecer o trabalho incansável da Equipe da Pró-Reitoria de Extensão da UFSM.

17 Agradecimento especial aos professores Paulo Afonso Burmann (Reitor) e Luciano Schuch (Vice-Reitor), no período 2018-2021.

PRE triplicou. Isso resulta numa qualificação fundamental das nossas ações, pois, embora a Pró-Reitoria não faça propriamente Extensão, é através dela que as ações são tanto articuladas quanto fomentadas e que é dado suporte aos(as) nossos(as) estudantes e servidores(as), que estão atuando em prol e junto da sociedade.

Nesse período, algumas conquistas obtidas pela Extensão merecem destaque. A mais importante delas, talvez, seja a aprovação da Política de Extensão da UFSM, que atualizou um documento com mais de 10 anos na instituição, anterior à própria Política Nacional de Extensão. Todo o processo de construção e de debates do texto foi realizado de forma democrática e horizontal, junto aos diversos atores envolvidos na prática extensionista, escutando suas demandas, seus anseios e suas angústias. Isso permitiu que a nova Política oferecesse possibilidades conectadas com a realidade extensionista na UFSM, incentivando a qualificação e o avanço da nossa prática enquanto instituição pública. Além disso, buscamos aumentar o número de ações, de servidores(as) e estudantes vinculados à Extensão, projetando a nossa inserção social e auxiliando fortemente o desenvolvimento regional dos territórios em que estamos inseridos.

Dentre as principais conquistas obtidas pela aprovação da Política de Extensão, enfatizamos as diretrizes e os objetivos da Extensão, estabelecendo seus princípios fundamentais. Criamos alguns mecanismos para a valorização extensionista na UFSM, como a instituição de premiações, a publicização das ações desenvolvidas pela nossa comunidade acadêmica, a publicação de produtos editoriais diversos – frutos da Extensão Universitária – e o incremento de pontuações em concursos públicos e para a progressão na carreira. Esse documento também trouxe alguns elemen-

tos sobre a inserção da Extensão nos currículos, um dos desafios que nos foi pautado durante a gestão.

A reestruturação organizacional da Pró-Reitoria de Extensão, depois da aprovação da nova Política de Extensão, também foi um momento decisivo. Na nova estrutura da unidade, conseguimos valorizar alguns projetos estratégicos que já estavam em desenvolvimento e fortalecer a atuação da Extensão em frentes diretamente relacionadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. A partir do novo organograma, a PRE passou a gerir a Incubadora Social, o espaço de Ações Comunitárias e Empreendedoras (Antiga Reitoria) e os espaços tanto de divulgação científica relacionados à Extensão quanto de promoção da cultura (Núcleo de Gestão Artística e Cultural, Divisão de Museus e Orquestra Sinfônica). Além disso, além disso, com a criação da subdivisão de Geoparques, conseguimos assegurar que essa importante estratégia de desenvolvimento regional tenha uma continuidade para além dessa gestão.

Ainda na reestruturação, fortalecemos o Observatório de Direitos Humanos – ODH da UFSM. No início da gestão, em 2018, procuramos dialogar com diversos grupos que fazem um trabalho muito importante na sociedade, inclusive desmistificando algumas ideias equivocadas sobre a temática dos Direitos Humanos. Quando começamos, tínhamos em mente um projeto, que, devido à sua relevância e atuação, foi legitimado na estrutura organizacional da Pró-Reitoria. Apesar das dificuldades enfrentadas e dos ataques recebidos, a consolidação do ODH¹⁸ foi uma demonstração da importância dos Direitos Humanos para a UFSM, que, desde 2018, desenvolve ações de articulação e fomento aos Direitos Humanos, buscando fortalecer ações e grupos sociais, em grande parte, desassistidos pelo poder público.

18 No ano de 2019, recebemos a Comenda Renato Russo da Câmara de Vereadores de Santa Maria em reconhecimento ao trabalho realizado pelo ODH.

Outra importante estratégia para o fortalecimento da Extensão internamente, e que contribuiu muito para a conexão com a sociedade, foi o fortalecimento do Fórum Regional Permanente de Extensão. A ação, que é desenvolvida desde 2016, tem por objetivo levantar as demandas dos territórios em que a UFSM se insere e dialogar com as comunidades próximas geograficamente à instituição. Reformulamos alguns aspectos do fórum, como a plataforma de coleta de dados, facilitando a participação da sociedade na apresentação de seus anseios. Também integramos a ação à Agenda 2030, protocolo das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável, articulando nossa capacidade de transformação em prol da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e socialmente desenvolvida.

Esse processo é fundamental para posicionar, cada vez mais, a instituição ao lado da sociedade. Ouvir e conhecer o que a comunidade espera que a UFSM desenvolva permite o reconhecimento das nossas forças e fraquezas. Isso é vital para compreender como e onde podemos dedicar mais atenção e aportar mais recursos, olhando, com atenção, não apenas para os grupos mais vulneráveis, que devem ser nossa prioridade enquanto instituição pública, como também para empresas, associações, setor produtivo e indústria, procurando sempre a inovação e a capacitação com vistas ao desenvolvimento regional sustentável.

Nesse período, propomos a Política Cultural de Extensão e a Política de Igualdade de Gênero (aprovadas nos Conselhos Superiores) - além de termos conseguido aumentar consideravelmente os recursos destinados à Extensão. Com o fortalecimento do Fundo de Incentivo à Extensão - FIEEX, asseguramos a manutenção dos projetos, programas, eventos e cursos de Extensão nos quatro *campi* da UFSM, além de inserirmos a instituição em mais de 150 cidades, de 11 estados. Também criamos editais específicos para o fomento extensionista, tais

como: COREDE Rio da Várzea, em parceria com o *campus* Palmeira das Missões; COREDE Jacuí Centro, com o *campus* de Cachoeira do Sul; COREDE Médio Alto Uruguai, com o *campus* de Frederico Westphalen; e COREDE Central, para o *campus* sede. Todos visando ao desenvolvimento de ações alinhadas com as demandas dos municípios localizados no entorno dos *campi*. Motivados pela pandemia, criamos o Edital de Enfrentamento à Covid-19, que financiou ações de prevenção, combate e enfrentamento da doença em diversas frentes, entendendo que a saúde pública perpassa esferas também da comunicação, do trabalho, da educação, da cultura, dos direitos humanos e justiça, do meio ambiente e da tecnologia e produção.

É premente que, ao pensar na Extensão, amplie-se a visão do público trabalhado. Além da comunidade, que é fortemente impactada por projetos financiados com esses recursos, assegurando uma maior força e uma continuidade das ações, nossos(as) estudantes são beneficiados(as). Sabemos que, nas universidades públicas, recebemos um público muito diverso, em questões não apenas identitárias e culturais, mas também financeiras. Desta forma, alunos(as) com baixa capacidade financeira ou que precisam conciliar estudos e trabalho para sobreviver demandam de uma maior atenção, para que não abandonem a sua formação. Pensar em estratégias e políticas afirmativas para assegurar a permanência desses(as) estudantes deve ser uma das preocupações também da Extensão. Podemos cumprir esse papel por intermédio das bolsas estudantis, não somente na graduação, mas também na pós-graduação, buscando alternativas para que os estudos possam ser concluídos, ao mesmo passo que esses(as) estudantes ampliam sua formação profissional e cidadã, dedicando-se em prol da sociedade.

Durante a gestão, outra prioridade foi o fortalecimento de estratégias de comunicação e publicização das nossas ativida-

des, bem como ações de popularização do conhecimento científico. Assim, criamos a Subdivisão de Divulgação e Eventos, que tem por objetivo aumentar o relacionamento da PRE com a sociedade e com os projetos desenvolvidos pela instituição, além de facilitar o acesso da comunidade às ações e aos serviços ofertados através da Extensão da UFSM. Conseguimos avançar na frente da produção científica da Extensão, com especial atenção à Revista Experiência, nosso periódico da Extensão, que passou a receber trabalhos em fluxo contínuo e a publicar edições com uma periodicidade menor.

Por meio da Editora PRE, lançamos duas chamadas especiais para produtos didáticos produzidos pela nossa comunidade extensionista: uma destinada a livros, em parceria com a Editora UFSM; e outra para produtos editoriais diversos. Todas as propostas submetidas são apreciadas pela Câmara de Extensão e, se aceitas, publicadas com o selo Série Extensão. Essas chamadas possibilitam que as práticas desenvolvidas pela nossa Extensão fiquem registradas e possam ser compartilhadas com outras pessoas, sejam extensionistas, sejam interessados(as) pela temática. Isso também fortalece o compartilhamento do conhecimento científico, que passa a ser escrito e publicado em uma linguagem mais acessível e com um elo mais forte com a realidade local.

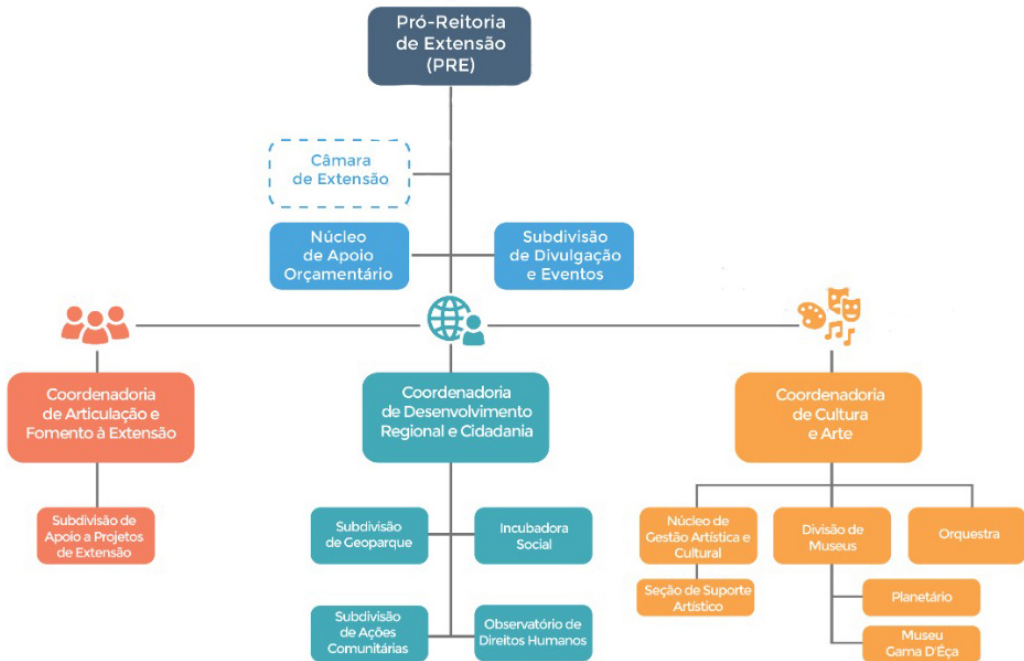
No que tange ao empreendedorismo, avançamos tanto com uma visão mais social, através da Incubadora Social, quanto com uma visão empresarial, com nossas Empresas Juniores. Em um trabalho integrado, conseguimos fomentar e articular práticas que incentivassem nossa comunidade acadêmica no desenvolvimento de ações com um viés mais inovador, sustentável e capaz de gerar emprego e renda. Na esteira da Incubadora Social, a prioridade foram os grupos sociais em situação de vulnerabilidade social, organizados ou não, cujo objetivo

era a independência econômica dos atores envolvidos. Já com as nossas Empresas Juniores, buscamos enaltecer a atuação delas na construção de agentes mais comprometidos com o desenvolvimento econômico aliado às questões sociais.

Entendemos que a prática empreendedora aliada à Extensão é uma importante ferramenta para a construção de uma cidadania por parte dos(as) nossos(as) estudantes e servidores(as). Quando conhecemos a realidade social, as dificuldades enfrentadas pelos nossos pares e as carências de atuação de outros setores públicos e privados, reconhecemos os potenciais de atuação para além das nossas universidades e dos nossos ambientes de trabalho. Fomentar ações empreendedoras, que sejam capazes de oferecer oportunidades de emprego e renda com uma consciência social, é uma forma de criar uma rede de colaboração que seja capaz de modificar as mazelas sociais com oportunidades de transformação. Esse deve ser um dos objetivos da Extensão e das nossas universidades: o compromisso com a superação das dificuldades da sociedade em todas as frentes de atuação, colocando-se a serviço dos interesses da população brasileira.

Essas conquistas, é claro, não são resultados da vontade individual ou do esforço de uma pessoa. Ao contrário, só conseguimos avançar com a Extensão na UFSM através de um esforço conjunto, envolvendo a nossa comunidade acadêmica, a gestão universitária, a sociedade e a ciência. Não podemos, jamais, perder de vista que a Extensão só é possível de ser realizada quando há disposição e forças coletivas atuando em benefício de um objetivo maior. A Extensão, como trabalhamos nestes quatro anos (2018-2021), teve como compromisso o desenvolvimento regional e a formação cidadã dos(as) nossos(as) estudantes. Esses foram os fundamentos basilares da nossa atuação, motivando as nossas conquistas e o sur-

gimento de novas proposições. A nossa experiência à frente da Pró-Reitoria de Extensão apontou que a Extensão pode e deve ser protagonista na transformação social e no desenvolvimento regional. A inserção cada vez mais ampla e diversificada das nossas instituições em diversas frentes é uma vitrine das potencialidades das universidades e dos institutos de ensino, que aportam ao progresso e à soberania do país.



Fonte: PRE-UFMS (2021)

DA COMUNIDADE PARA A COMUNIDADE

Entrevista realizada por Fabiana Donida e Gabriela da Silva Morel

*Publicada originalmente na Revista Viver IFRS (Ano 9, n.9, junho 2021)

O surgimento de um novo vírus no mundo, em dezembro de 2019, marcou o início de uma transformação social. Com potencial pandêmico, a covid-19 resultou em mais de 3 milhões de mortos em pouco mais de um ano. Destes, mais de 500 mil brasileiros. Além das perdas, a pandemia trouxe prejuízos econômicos a muitas empresas, principalmente as médias e pequenas, que tiveram de ser fechadas pelos governos, na tentativa de forçar a população a adotar as necessárias medidas de distanciamento social. Mas, em meio ao caos e na busca de um “novo normal”, o papel das instituições de ensino superior brasileiras se fortaleceu: passaram a ser vistas, mais do que nunca, como grandes aliadas da sociedade. Todo o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão atuou de forma coordenada, mostrando sua importância e seu valor.

O que não pode faltar para uma ação de extensão cumprir seu papel?

A extensão universitária se caracteriza pela interação dialógica das instituições de ensino e da sociedade, das comunidades em que ela está inserida, das suas regiões de abrangência. Também pela indissociabilidade no ensino, na pesquisa e na extensão - o que está preconizado na Constituição Federal de 1988. É marcada pela interdisciplinaridade e pela interprofissionalidade. Se no âmbito da pesquisa, observamos bastante fôlego e dedicação das áreas para seus objetos em específico, seja de uma ciência mais pura ou de uma ciência mais humana, na extensão universitária as diferentes áreas do conhecimento interagem entre si e tem a atuação de profissionais com formações variadas em prol dessas demandas identificadas na sociedade. A extensão também é basilar na

formação do estudante. Provoca um impacto na formação desses novos profissionais, pois além de aprender uma profissão, eles estão ali trabalhando na construção da cidadania. Dá um outro olhar para que estejam comprometidos com a sociedade. A extensão universitária contemporânea é também movida pelo impacto e pela transformação social que ela é capaz de causar. Ela deve, então, contemplar os 5 I's: Interação dialógica, Indissociabilidade, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Impacto na formação do estudante e Impacto e transformação social.

As instituições de ensino assumiram um papel importante no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Qual foi a participação da extensão nesse processo?

A pandemia foi uma experiência única na história recente da humanidade e que nos pegou despreparados de como enfrentar esse “novo” que se colocou em diversas perspectivas: uma delas no que tange ao trabalho; a outra no que tange a própria casa e organização desse espaço doméstico e a que diz respeito às relações interpessoais. Num primeiro momento, mesmo diante de tantas críticas e ataques que a educação pública superior brasileira vem sentindo, a sociedade, de um modo geral, se posicionou favorável à atuação sólida das suas instituições de ensino. E isso se deve a um trabalho longo realizado especialmente pela área de extensão universitária, que é quando essa interface com a sociedade ganha novos contornos, além do trabalho que é habitual das instituições de ensino, como a formação de novos profissionais e também a área de pesquisa já consolidada - tanto que no nosso país, a ciência é produzida, em sua maioria, dentro das instituições de educação superior. Várias ações foram desenvolvidas e, embora enxerguemos hoje a extensão uni-

versitária feita pelo diálogo, pela interação, pelo compartilhamento e atendendo as demandas que são da sociedade com essa característica transformadora, foi preciso, num primeiro momento, nos organizarmos e propor algumas ações que eu chamaria de emergenciais.

Na região sul teve algo de peculiar nesse contexto?

Os nossos hospitais universitários passaram a atender casos de coronavírus. Tivemos, dentro das nossas instituições, uma produção considerável de álcool em gel para ser distribuída às organizações que fazem trabalhos essenciais à comunidade e também para as pessoas vulneráveis social e economicamente, assim como máscaras em tecido e *face shields* 3D. Serviços de teleatendimento e teleacolhimento para o combate da Covid-19 foram realizados pelas nossas instituições, assim como uma gama de atividades culturais foram apresentadas e disponibilizadas ao público durante a quarentena. Essas atividades artístico-culturais passaram a encarar uma outra lógica também no seu fazer e tiveram que se adaptar aos protocolos e chegar até o público, a sociedade em geral, por meio das tecnologias, dando continuidade a essa programação bastante característica das nossas instituições de ensino superior. Vários cursos de formação online gratuitos também foram disponibilizados à população. Campanhas de arrecadação de alimentos, de material de higiene e limpeza, de agasalhos, inclusive de equipamentos de informática - porque foi diagnosticada a realidade de que, muitas crianças e adolescentes que passariam a ter as suas aulas ditadas remotamente, não tinham condições de acesso às tecnologias, uma em razão da internet e outra por não disporem de aparelhos capazes de fazer essa interação. Ações em rede previam assessoria em comunicação e marketing para pequenos empreendimentos, muitos dos quais mantinham seus

negócios funcionando apenas de modo físico e tiveram que mudar, migrar e se adaptar a um regime híbrido, disponibilizando seus produtos e serviços nas plataformas digitais. Foram diversas chamadas específicas realizadas nas instituições de ensino para fomentar ações de prevenção, combate e enfrentamento à pandemia. Apesar de serem bastante amplas e não diferirem muito do que foi feito em âmbito nacional por meio da extensão universitária, esse conjunto de ações, sem dúvida nenhuma, contribuiu e ainda contribui muito para o momento atual por qual passa a sociedade.

O que mudou no “fazer extensão” a partir da pandemia de Covid-19?

Sem dúvida alguma, a extensão universitária também foi impelida a pensar em novas formas de acontecer. Foi um momento de grande aprendizado em que tivemos que reinventar a forma como a extensão é feita. Aliada à criatividade e a um trabalho colaborativo, ela soube se inovar e cumprir o seu papel. Temos que ter em conta que as nossas equipes de extensão tiveram também suas vidas afetadas. O trabalho invadiu o espaço da casa. Então, foi necessário um período curto de adaptação a essa nova rotina. A grande resiliência das equipes de extensão e dos extensionistas fez com que eles aprendessem a lidar com os problemas e, além de sobreviverem a todas as questões impostas pela pandemia, ainda foram capazes de superar as situações adversas e buscar soluções para que a sociedade permanecesse contando com o respaldo da extensão universitária no seu dia a dia. Observamos também uma ampliação na rede de atuação das pró-reitorias, das instituições de ensino superior, que começaram a dialogar ainda mais umas com outras e foram capazes de agregar tantas outras instituições em prol de trabalhos que nos pediam foco e bas-

tante fôlego. É em razão disso que muitas ações puderam ser criadas, completamente novas ou adaptadas neste universo das tecnologias, e outras puderam ter continuidade presencialmente respeitando os protocolos vigentes. Essa forma de se reinventar veio, em boa parte, pela adaptação de alguns projetos já tradicionais para a ambiência digital, com o uso de redes sociais e também pela realização de lives sobre temas variados. Outros puderam ter continuidade, observando-se os cuidados necessários: geralmente exigiam um trabalho ao ar livre, com número reduzido de pessoas e distanciamento.

Diante das adversidades causadas pela pandemia, onde a sociedade precisa de soluções para problemas urgentes, a extensão conseguiu manter esse caráter transformador?

As ações permitiram que as universidades seguissem cumprindo com o seu compromisso social, atendendo diversas comunidades, grupos sociais e pessoas com as quais ela trabalha pela extensão. Tivemos sim, num primeiro momento, a realização de ações mais pontuais, que às vezes levavam uma característica daquele primeiro período da fase assistencialista. Mas, diante de um cenário de grande desassistência, de falta e, às vezes, até omissão de políticas públicas que chegassem até os cidadãos, a extensão universitária vai lá e cumpre o seu papel. Nós vivemos num país em que a desigualdade social e econômica marcam profundamente sua população. Lamentavelmente, não conseguimos falar de uma extensão de base transformadora quando falta o alimento na mesa de uma família. Contudo, não podemos perder o foco da extensão que nós desejamos e é por ela que focalizamos e convergimos nossos esforços na busca do bem-estar, da qualidade de vida para toda população e de mais igualdade.

Sendo a extensão uma ação coletiva, como promover essa troca em um período de isolamento social? Como superar desafios como o acesso às tecnologias, por exemplo, e alcançar as comunidades?

A pandemia escrachou uma triste realidade brasileira, que é a da exclusão digital. Nós temos um déficit ainda bastante grande no acesso da população brasileira às tecnologias, inclusive à internet. Diante desse cenário, não há dúvidas que a extensão universitária ficou bastante prejudicada sem ter o contato com o público. E quando me refiro ao público, estou sendo bastante específico em pensar nos grupos sociais economicamente vulneráveis. Tivemos que encontrar algumas saídas, soluções para nos aproximarmos dessas pessoas e cumprir com aquilo que se espera da extensão universitária qualificada. Como a extensão é feita de pessoas e das interações entre elas, fez muita falta a presencialidade, a proximidade física com o outro. Porque as nossas trocas, os nossos compartilhamentos, que são de base dialógica, demandam disso. Mas impedidos de realizar dessa forma, a saída foi buscar nas tecnologias um respaldo para a realização das nossas ações, salvo algumas exceções, em que elas puderam ter continuidade em seu modo mais tradicional, observados todos os cuidados cabíveis à situação. Para elucidar, cito um cursinho de educação de base popular que temos na UFSM e que abre 150 vagas anuais para adolescentes e jovens se prepararem para a prova do Enem. Tradicionalmente, as aulas eram presenciais no período da noite e com as restrições impostas foram canceladas. Assim que a equipe conseguiu se organizar, pensaram em formas diferentes de ministrar as aulas, que passaram a acontecer nas plataformas digitais, com conteúdos adaptados a essa nova ambiência e, em alguns casos, impressos para chegarem até os educandos para que não ficassem excluídos

devido ao acesso limitado às tecnologias. A partir dessa experiência, fica como lição a importância que as nossas instituições têm nas suas ações de inclusão digital. Porque estamos falando em cidadania e de dar a oportunidade para que os indivíduos possam acessar essas tecnologias e fazer parte do ambiente digital, onde boa parte das ações estão sendo desenvolvidas. Fica bastante evidente a relevância dos nossos laboratórios institucionais em poderem promover atividades em prol desta inclusão digital, além de batalhar no fomento de políticas públicas que ajudem a reduzir essas desigualdades que foram escancaradas na nossa sociedade.

Se as ações de extensão são voltadas especificamente para a sociedade, como ampliar e fortalecer esse vínculo?

A extensão universitária deve estar voltada sim à comunidade. Ela é feita para fora da universidade. Por mais que possamos fazer extensão dentro do espaço das nossas instituições de ensino, o público da ação deve ser externo. Em muitos momentos tivemos uma confusão na classificação da extensão - vou chamar desta forma - em que ações, como eventos de natureza da pesquisa, do âmbito da pós-graduação, voltado para especialistas e experts da área, eram encarados como extensão universitária. Pois não é! Os eventos de extensão universitária são caracterizados por atender um público externo à universidade e que busca neles um esclarecimento, uma qualificação, uma formação... É uma interface diferente que se faz. Outros eventos e cursos dirigidos para os próprios estudantes da universidade eram tratados como extensão universitária. Esses cursos também não são extensão universitária. Então, saber as demandas que a comunidade tem e se realmente estamos entregando aquilo que ela precisa é uma questão que deve sempre

acompanhar os gestores da extensão universitária. E nós temos que encontrar formas para que consigamos realizar um diagnóstico de quais são as demandas dessa sociedade. Obviamente, que não temos como dar conta de todas as demandas, e também ter uma atenção de que o compromisso das instituições de ensino, não é cumprir um papel que seria do governo, seja na esfera federal, estadual ou municipal. O fôlego, o foco da extensão universitária contemporânea deve estar na transformação social. E aí nós vamos compatibilizando: aquilo que é demandado pela sociedade e que diz respeito ao compromisso social público que nós assumimos enquanto instituição e aquilo que traz essa base formativa para os nossos estudantes, nesse diálogo, nessas trocas, nesse compartilhamento, na interação dialógica que nós temos com a sociedade. E o que nós damos conta de fazer dentro do espaço acadêmico, trabalhando de forma indissociável estas demandas pela via da extensão junto à pesquisa e ao ensino.

Mas como saber efetivamente o que a comunidade necessita?

Uma experiência da Universidade Federal de Santa Maria é a realização do Fórum Regional Permanente de Extensão. São duas edições anuais em cada um dos campi da nossa instituição, um momento de trocas internas também mas, principalmente, de escuta atenta da comunidade, que participa por meio de instituições e lideranças. Discutimos em conjunto quais são as demandas prioritárias. A partir daí, criamos uma plataforma para coleta dessas demandas e votação pela comunidade. Em 2020 adaptamos esta plataforma aos objetivos do desenvolvimento sustentável, conhecida como Agenda 2030 da ONU, e as pessoas fazem as escolhas que querem para seus municípios, para seus campi. E nós conseguimos quantificar e estratificar esse resultado geral e específico. Por meio de

um edital de fomento à extensão universitária dirigido para priorizar as ações que estão em consonância com as demandas apontadas pela comunidade, nós pontuamos de forma diferenciada as ações amparadas nas demandas indicadas no relatório de coleta de dados feito pela plataforma. Ou seja, a comunidade pôde escolher qual dos 17 objetivos do desenvolvimento sustentável era mais importante ou prioritário para a sua região e aqueles melhor ranqueados têm mais acesso ao fomento da extensão. Esse exemplo é um caminho, mas podem ter outras saídas, dependendo de como a instituição gere a sua relação com a comunidade. Agora, o grande desafio da extensão universitária que ficou bastante explicitado durante esse período de pandemia é de que nós trabalhamos com uma formação cidadã e a emancipação dos sujeitos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária mas, mesmo assim, precisamos fazer, muitas vezes, o que é necessário para amenizar as mazelas que são resultantes das desigualdades sociais e econômicas que vivenciamos no nosso país.

Quais projetos da região sul tu conhecestes neste período de pandemia, enquanto coordenador do ForProex Sul, que mais te encantaram?

Não tem como falar de cada uma das instituições. Destaco alguns exemplos que nos inspiram, de ações de instituições que compõem o ForProex Sul, da área da cultura: O IFPR - campus Coronel Vivida desenvolveu o projeto “Clube da Leitura Chá das Quatro”, com encontro via plataforma Google Meet se fazia a leitura de obras literárias diversas. O Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR ofereceu seus catálogos online com exposições, jogos e publicações. As publicações de caráter didático se destinam a estudantes e professores da rede de ensino fundamental e médio. Já as acadêmicas abran-

gem acervos, pesquisas, exposições e obras temáticas de interesse para os trabalhos do museu. Na Universidade Estadual de Londrina, para entreter as crianças que ficaram em casa durante o período da quarentena, foi oferecido uma série de vídeos com narração de histórias, músicas e atividades em língua estrangeira. O Campus de União da Vitória da Unespar divulgou o projeto de Extensão “Senta que lá vem história”, formado por acadêmicos e docentes da área das letras. A ação auxiliou na construção de conhecimento sobre alfabetização e letramento. A narração das histórias era disponibilizada em lives. A UTFPR criou comissões, movimento semelhante a outras instituições, para desenvolver curadorias digitais de cultura e disponibilizaram depois em website, que permite também interação virtual ao vivo. Lives com aula online de música, de dança e atividades livres como passeios virtuais em museus, dicas de séries e portais com tutoria de pinturas. Na UFSM, o programa “Extensão UFSM Contigo em Casa” tentou amenizar o distanciamento social levando conteúdo online de entretenimento para as pessoas através da realização de uma série de transmissões ao vivo sobre atividades físicas, apresentações culturais e também outras específicas para o público infantil. Na UFPel, o “Projeto VGrid”, ambiente de realidade virtual da instituição, permitia a interação de professores e estudantes fornecendo espaços de convívio, exposições, chats textual e em voice. A Udesc lançou a história em quadrinhos “Diário de uma pipa em quarentena”, uma atividade para motivar as crianças que estavam em casa, distribuída diariamente pelos canais do programa de extensão Esag Kids. E o museu da Escola Catarinense (Mesc), também fez parte desta atividade, oferecendo recursos que permitiam aos visitantes realizarem um passeio virtual nas suas instalações e pelo seu acervo. O IFRS, o IFSUL e o IFFAR realizaram

o Arte e Cultura em Rede, uma grande estratégia na área da cultura que integrou três grandes instituições gaúchas para promover as ações artístico-culturais desenvolvidas e que resultou na Mostra Mosaico. Essa é apenas uma pincelada de algumas das ações extremamente encantadoras desenvolvidas pela extensão durante o período de quarentena. Todas as instituições que integram o ForProex Sul foram extremamente criativas na proposição de ações na área de cultura para integrar as instituições com a sociedade amenizando a quarentena. Afinal, nós precisamos da arte para mediar o nosso processo de existência. Ela nos auxilia na interpretação do mundo e da nossa própria experiência vivida.

SOBRE O AUTOR



Flavi Ferreira Lisbôa Filho, ou simplesmente Flavi, é Administrador e Relações Públicas formado pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em 2004, tornou-se mestre em Engenharia da Produção, pela UFSM. Em seu doutorado em Comunicação, realizado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), estudou a gauchidade e a mídia regional do Rio

Grande do Sul. É professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural e do Departamento de Ciências da Comunicação, todos vinculados à UFSM. Desde 2018, atua à frente da Pró-Reitoria de Extensão UFSM, em um espaço temporal marcado por importantes mudanças neste pilar universitário - e de dificuldades enfrentadas pelas instituições públicas de ensino no Brasil. Flavi também foi coordenador do Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitoras de Extensão da Região Sul (FORPROEX Sul) e da Comissão Permanente de Extensão Universitária da AUGM. Em sua trajetória, a Extensão não foi apenas mais uma atividade formativa. O comprometimento com o desenvolvimento regional e com uma prática universitária aliada às questões sociais refletiu na sua forma de conduzir a Extensão na UFSM. Em seu trabalho de Conclusão de Curso em Relações Públicas, estudou a atuação

de profissionais comprometidos com a temática mencionada no fomento da atividade turística na Quarta Colônia (RS). Já como Pró-Reitor de Extensão, incentivou os debates e conquistou a estruturação do Projeto Geoparques UFSM, que atua na região da Quarta Colônia e de Caçapava do Sul, constituindo-se uma estratégia de grande importância para o desenvolvimento regional sustentável. Além disso, em sua gestão, o Observatório de Direitos Humanos e a Incubadora Social, ações voltadas para a redução de desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais igualitária, tornaram-se subdivisões, fortalecendo o papel da Extensão da UFSM neste sentido. Antes de atuar como docente da UFSM, Flavi foi professor na Universidade Federal do Pampa (Unipampa), na Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES) e em mais três instituições de ensino superior gaúchas. Essa passagem em diversas instituições contribuiu para a sua visão inovadora. Além de reestruturar a Extensão na UFSM, ajudou a reposicionar as ações mais próximas da sociedade e a propiciar uma escuta mais atenta às demandas sociais. Questões de empreendedorismo e de prestação de serviços, antes compreendidas a partir de uma visão mais mercadológica, passaram a ser trabalhadas na perspectiva do desenvolvimento social e do compromisso dos(as) futuros(as) empreendedores(as) com a sociedade brasileira. Todo o seu empenho na Pesquisa, no Ensino e, principalmente, na Extensão foram fundamentais para a construção da sua gestão frente à PRE UFSM.

REFERÊNCIAS

Este livro foi idealizado através de conferências, de palestras e de textos produzidos nos anos de 2019, 2020 e 2021. Todo o conteúdo foi transcrito, editado e complementado pelo autor e editor convidado. Além disso, alguns capítulos foram editados após serem escritos no formato de entrevista. Os conteúdos produzidos em parceria com outros(as) colaboradores(as) estão com autoria identificada.

Palestras e conferências ministradas

A Extensão Universitária no contexto do isolamento: saberes e práticas para resistir | Promoção: Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (2020)

A extensão e os impactos na transformação social | Promoção: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (2021)

A efetivação da extensão nos ambientes acadêmicos: convergências e proposições | Promoção: Universidade Federal do Pará (2021)

A inserção da extensão nos currículos: avanços e desafios na UFSM | Promoção: Universidad Nacional del Litoral (2021)

A integração ensino extensão na UFSM: permanência estudantil e sentido na formação | Promoção: Universidade Estadual de Campinas (2021)

Desafios e perspectivas da extensão em tempos de isolamento social | Promoção: Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2020)

Estrategias de la Extensión Universitaria en tiempos del COVID19 | Promoção: Universidad Nacional de Asunción (2020)

Experiências sobre a curricularização da extensão na UFSM | Promoção: Universidade Federal de Goiás (2019)

Extensão Universitária e cultura: relação intrínseca em tempos de pandemia | Promoção: Universidade Federal do Maranhão (2020)

Geoparques: identidade, desenvolvimento e conservação | Promoção: Sociedade Brasileira de Paleontologia e Museu de Ciências Naturais de Porto Alegre (2021)

Identidade, comunicação e território | Promoção: Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO (2020)

Indicadores da Extensão Universitária: desafios e avanços para implementação nas IPESB | 46º Encontro Nacional do FORPROEX | Promoção: FORPROEX e Universidade Federal do Maranhão (2019)

O papel educativo e social da extensão na formação em Ciências Sociais Aplicadas | Promoção: Universidade Estadual do Paraná (2021)

Painel: Como a educação vai além da aula? | Promoção: Federação das Empresas Juniores do Rio Grande do Sul (2021)

Políticas afirmativas e de inclusão na Universidade | 9º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária | Promoção: Universidade Federal de Alfenas e Universidade Federal de Minas Gerais (2021)

Política(s) de Extensão | Promoção: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (2021)

Universidade e sociedade: fundamentos e desafios da extensão universitária | Promoção: Universidade Federal de Catalão (2021)

Referências bibliográficas utilizadas

ANTUNES, A.B.; GADOTTI, M.; PADILHA, P.R. Reinventar a universidade a partir da extensão universitária. In: GADOTTI, M.; CARNOY, M. (orgs.). **Reiventando Paulo Freire:** a práxis do Instituto Paulo Freire. Instituto Paulo Freire, Lemann Center, Stanford Graduate School of Education, 2018.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.005,** de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 7 de 18 de dezembro de 2018.** Disponível em: <<http://mec.gov.br>> Acesso em 17 nov. 2020.

DAVALLON, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation : enjeux et questions. **Actas...** Patrimonialização e sustentabilidade do património: reflexão e prospectiva, Nov 2014, Lisboa, Portugal, 2014.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária:** trajetórias e desafios. Santa Maria: Ed PRE-UFSM, 2020.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. **Avaliação da Extensão Universitária:** práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFGM, 2013 (Coleção Extensão Universitária; v.8). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/avalia%C3%A7%C3%A3o_da_extens%C3%A3o_livro_8.pdf>

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária.** Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012 (Coleção Extensão Universitária; v. 7. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>

_____. **Extensão Universitária: Organização e Sistematização.** Belo Horizonte: COOPMED, 2007. 112 p. (Coleção Extensão Universitária; v.6). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>>

_____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária. **Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras – estudo comparativo 1993/2004.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, Brasília: MEC/SESu, 2006. 97 p. (Coleção Extensão Universitária; v.5). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Institucionalizacao-Extensao.pdf>>

_____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária.** Brasília: MEC/SESu; Paraná: UFPR; Ilhéus, BA: UESC, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.3). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Avaliacao-Extensao.pdf>>

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária; v.1). Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/imagens/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>>

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. **Curso básico de Teorias da Comunicação.** Autêntica, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **Extensão ou comunicação.** São Paulo: Paz e Terra, 1969.

FREIRE, Paulo; HORTON, M. **O caminho se faz caminhando.** Petrópolis: Vozes, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

MACIEL, Jarbas. A fundamentação teórica do sistema Paulo Freire. **Estudos Universitários – Revista de Cultura da Universidade do Recife.** n. 4. 1963

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de. (org.). **Sociedade midiaticizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MORALES, Oscar Daniel. **Extensão Universitária: concepção de indicadores na Universidade Federal de Santa Maria (1960 - 2013).** Tese (Doutorado em Educação em Ciências. Química da Vida e Saúde). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Direitos humanos e o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**. n. 2. Jun. 2009.

SUZINA, Ana Cristina; TUFE, Thomas. A visão de desenvolvimento e mudança social de Freire: experiências do passado, desafios do presente e perspectivas para o futuro. **Matrizes**. v.15. n.3. set/dez. 2021.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. Trad. André Glaser. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCHUCH JUNIOR, Vitor. A questão dos objetivos institucionais da Universidade. **Educação Brasileira: Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras**. v. 12. n. 25. Jul/dez 1990.